



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 12ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - 13ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.4 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Plenário

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 31/5/2012

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Henrique - Délio Malheiros - Doutor Viana - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Rômulo Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2012

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Suspensão e reabertura da reunião - Questão de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discursos dos Deputados Antônio Júlio, Sávio Souza Cruz e Rogério Correia; votação do Substitutivo nº 2, salvo emendas; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 2 e 3; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.061/2012; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discursos dos Deputados Sávio Souza Cruz, Rogério Correia e Antônio Júlio; votação do Substitutivo nº 2, salvo emendas; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 1;



aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 2; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h5min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Fábio Cherem, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, na parte da tarde, eu havia feito várias considerações, que não estão incluídas na ata, acerca dos projetos que estão em votação hoje na Casa, projetos de empréstimo do governo. Nessas considerações, lembro que disse que o governo requer agora um empréstimo de mais de R\$3.000.000.000,00 para um programa de estradas em Minas Gerais. Mas eu já havia cobrado - e não obtive nenhuma resposta do governo - o planejamento ou a prioridade de investimento desses recursos. São empréstimos pedidos ao BNDES, vejam bem. O governo não conseguiu empréstimo em bancos internacionais. Creio eu que, com Minas quebrada, com Minas falida, é difícil conseguir empréstimos de credores internacionais. E não tem conseguido. No ano passado pediu R\$7.000.000.000,00. Os bancos internacionais deram uma banana para Minas Gerais. Devem ter pensado: o Senador Aécio Neves, quando Governador, quebrou Minas e agora quer mais dinheiro emprestado? Então, não emprestaram os recursos. Agora, o governo vai ao BNDES solicitar recursos do governo federal. É o mesmo governo federal que o governo de Minas vem atacando, dizendo ser o responsável pelos problemas de Minas, inclusive responsável por juros de dívidas feitas em acordo entre o Governador Azeredo e o ex-Presidente Fernando Henrique. Mas o governo de Minas, mais em proveito de um projeto próprio do Senador Aécio Neves de querer ser Presidente da República - eu disse isso na parte da tarde -, com esse projeto prefere atacar o governo federal pelos problemas que Minas tem. E não resolveram os problemas. É aquela ideia do quanto pior melhor, vamos tentar jogar a culpa no governo federal. Assim tem agido, infelizmente, o governo do Estado. Fico até pensando se essa é uma boa estratégia para Minas Gerais. Eu penso que não. Enfim, o que vemos é o governo pedir agora ao BNDES recursos emprestados. Mas não sabemos os juros que serão pagos. Depois ainda vão atacar o BNDES: “Olha o governo cobrando juros...” É muito engraçado isso: pedem dinheiro para pagar juros e depois xingam o BNDES porque cobrou os juros. Por isso não conseguem empréstimo. Como um Estado ou alguém pode conseguir empréstimo se, depois, vão xingar o credor: “Olha, credor, você me emprestou, mas está cobrando juros altos.” E é o mesmo credor, o governo federal. Sr. Presidente, eu estranhei isso. Além disso, solicitei que nos dissessem qual o planejamento, até para que o BNDES saiba qual o planejamento de investimento, quais as regiões, se serão as mais carentes, as que têm IDH menor, quais serão as estradas, se os Prefeitos podem ter alguma perspectiva, se os Deputados que estão aprovando o empréstimo, sejam do governo ou da Oposição, vão aprovar algo viável, se vai atender às necessidades do Estado. Nós, Deputados, andamos pelo Estado inteiro e sabemos quais são as necessidades. E vai ficar a cargo de quem essa definição? A Assembleia sequer vai opinar. E nada disso, Sr. Presidente, foi respondido a mim, até o presente momento. Nada, absolutamente nada. O governo tem um acordo com a Assembleia Legislativa de emendas parlamentares que são justas, que têm sido apresentadas. No ano passado, todos os Deputados indicaram, com uma proporção igual entre a base do governo e a Oposição, porque serão recursos públicos, por ser para a Assembleia Legislativa. Estamos vendo agora uma situação complicada, em que o governo só atende à sua base, quem com ele vota. Realmente fica difícil falarmos em democracia, em republicanismo - o governo gosta muito de usar esse termo -, em atender à municipalidade em seu conjunto. Mas estamos vendo agora uma exclusão de setores da Assembleia Legislativa. Com base nisso, Sr. Presidente, não foi possível aprofundarmos esse debate. Os projetos de empréstimo estão aí apresentados, sem nenhum acordo feito conosco, sem nenhum entendimento. Quero apenas anunciar que vamos votar contrariamente aos projetos de empréstimo do governo. Não houve nenhum tipo de acordo firmado conosco. Não há, no nosso entender, nenhuma justificativa para esse empréstimo. A dívida está alta e ficará maior e não se sabe onde serão aplicados os recursos. Aliás, tentamos fazer indagações e, muitas vezes, não conseguimos. O nosso espaço de discussão foi extremamente pequeno em relação a essa questão. Então, Sr. Presidente, durante a tarde, tentei, mais uma vez, conversar isso com o Líder de Governo. Tive uma boa relação de conversa, mas não foi possível acertar esse acordo.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Até sugiro a V. Exa., se possível, que suspendêssemos a reunião, a fim de tentar ver se existe algum nível possível de entendimento com a Oposição nesta Casa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção à questão de ordem suscitada pelo Deputado Rogério Correia, vai suspender a reunião por 20 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito a retirada do requerimento de inversão de pauta de minha autoria.

O Sr. Presidente - Está retirado. O Deputado Rogério Correia havia requerido a inversão de pauta, mas, em sintonia com o Líder do Governo e com os demais Líderes, promoveu os acordos necessários.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.060/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.969, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BNDES e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto dois substitutivos do Deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 1 e 2. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designa relator da matéria o Deputado Lafayette de Andrada. Com a palavra, o relator para emitir seu parecer.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE OS SUBSTITUTIVOS NºS 1 E 2 APRESENTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 3.060/2012

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 214/2012, o projeto de lei em epígrafe “altera a Lei nº 19.969, de 26 de dezembro de 2011, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências”.

Nos termos da solicitação feita pelo Governador, o projeto tramita em regime de urgência, conforme dispõe o art. 69 da Constituição do Estado.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 10/4/2012, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária manifestou-se favoravelmente à aprovação do projeto, acolhendo a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Em Plenário, na fase de discussão no 1º turno, o projeto recebeu a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Sávio Souza Cruz, e a Emenda nº 3, de autoria do Deputado Rogério Correia, e voltou à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer. Em sua análise, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3.

Decorrido o prazo regimental de manifestação do Plenário em 1º turno, o projeto foi incluído em ordem do dia para discussão e votação em turno único, nos termos do art. 208, § 1º. Na fase de discussão, foram apresentados o Substitutivo nº 1, de autoria do Deputado Rogério Correia, e o Substitutivo nº 2, de autoria da Bancada do PT, que recebem agora parecer, nos termos do art. 211 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe propõe alterações na Lei nº 19.969, de 26 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O Substitutivo nº 1 pretende incluir no projeto o detalhamento das ações consignadas no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - que serão financiadas com os recursos das operações de crédito. Para tanto, o Substitutivo nº 1 suprimiu os nomes das operações de crédito a serem firmadas junto ao BNDES, quais sejam o 2º Programa de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - PDI-II - e o Programa de Infraestrutura Rodoviária, incluindo em seu lugar os programas do PPAG.

O Substitutivo nº 2 pretende autorizar a contratação da operação de crédito junto ao BNDES substituindo e revogando integralmente a Lei nº 19.969, de 2011. Da mesma forma como apresentado no Substitutivo nº 1, também suprimiu os nomes das operações de crédito a serem firmadas junto ao BNDES e inseriu o detalhamento das ações estampadas no PPAG.

Importa ressaltar que a lei autorizativa deve conter, entre seus elementos, o nome da operação junto ao agente financiador, os quais foram suprimidos pelos Substitutivos nº 1 e 2, resultando em impropriedade técnica. É necessário salientar também que, em reunião realizada com os técnicos do Poder Executivo, foi informado que ainda estão ocorrendo as tratativas de negociação junto ao BNDES, razão pela qual não foi possível consignar diretamente no texto da lei os nomes das ações e programas do PPAG que seriam

financiados pela operação. Nesse sentido, optou-se por fazer constar no texto apenas as áreas relacionadas a essas ações, quais sejam infraestrutura, mobilidade urbana e segurança pública, de forma a vincular os recursos. Assim, ao informar de forma expressa os nomes das ações no texto da lei, os Substitutivos nºs 1 e 2 podem provocar a inviabilidade de aplicação da autorização ora analisada, caso as tratativas junto ao BNDES alterem as ações ou programas. Por essas razões, opino pela rejeição dos Substitutivos nº 1 e 2.

Conclusão

Diante do exposto, este relator opina pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2 apresentados ao Projeto de Lei nº 3.060/2012.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, esta tem sido uma semana importante, que deve culminar na sexta-feira, com a reunião lá no Rio Grande do Norte, onde Minas Gerais discute o seu endividamento. Todos sabemos que o Estado de Minas Gerais tem uma dívida com a União de R\$70.000.000.000,00 e que estamos pagando R\$400.000.000,00 por mês. Isso é mais do que o governo investe na área da saúde. O governo só investe 8% da sua receita líquida em saúde e 13% para o pagamento da dívida. E estamos aprovando mais um empréstimo. Gostaria de alertar as pessoas para o fato de que vários de nós, Deputados, já devemos conhecer essa história.

Quando uma pessoa está quebrando, como no caso de Minas Gerais, que está falida, passa a pegar dinheiro de um, para remendar aqui, e de outro, para tentar se salvar. Mas Minas Gerais continua devendo e pagando R\$400.000.000,00 de juros por mês e ainda está pedindo, ao BNDES - e temos outros projetos -, mais R\$2.450.000.000,00. Então, o governo teria de explicar essa dívida de Minas. Hoje e amanhã, uma comitiva da Assembleia Legislativa, que tem feito um trabalho importante, foi a Natal, RN, para discutir a renegociação da dívida. E estamos contraindo, somente com o BNDES, mais R\$2.450.000.000,00.

A Assembleia Legislativa não deveria aprovar esse projeto e dar essa autorização, pois estamos endividando o Estado mais ainda do que já está, sem contar com a dívida com a Cemig. Até agora o governo não se explicou, nem a Cemig, sobre isso. De uma hora para a outra, apareceu uma dívida com a Cemig de R\$5.500.000.000,00. O governo do Estado deve à Cemig muito mais do que vale o patrimônio dessa empresa. A Assembleia Legislativa deve ter o cuidado de buscar essas explicações, até para cumprir o seu papel constitucional de fiscalização. Não estamos preocupados com isso, e Minas está quebrada e falida. Se faliu, como estamos autorizando mais R\$4.000.000.000,00 de empréstimos? Só com o BNDES são R\$2.450.000.000,00. E não se discute isso. O governo evitou abrir uma discussão no Plenário, nessas quatro ou cinco reuniões que realizamos, assim como fez hoje na parte da tarde. Ele não deu oportunidade à Oposição de fazer uma discussão mais longa do processo, até para debatermos com os Deputados da base. Não tivemos essa oportunidade. A única oportunidade que teremos - assim mesmo, de 5 minutos - será apenas de manifestar o nosso voto contrário, pois, como ainda estamos discutindo a dívida, não podemos autorizar mais um empréstimo de R\$2.450.000.000,00, só com o BNDES.

E a Cemig, até agora, não explicou por que o Estado de Minas Gerais lhe deve R\$5.500.000.000,00. Aprovamos um empréstimo para saudar essa dívida, que cairia para R\$3.500.000.000,00, e seria feita uma nova formatação de pagamento, mas estamos contribuindo para a falência do Estado. Está certo que o governo diz que isso é para investimento em vários projetos, de estradas e mais não sei o quê. Está certo. A gente chega. Como o Estado está quebrado, falido, está pegando R\$2.450.000.000,00, que só começará a pagar daqui a três anos. Ele tem uma carência de três anos. Se fosse para pagar este ano, não teria a mínima condição de contrair esse empréstimo. Não acredito que o BNDES teria coragem de emprestar dinheiro a um Estado falido, como está Minas Gerais. Essa gestão tem de ser discutida. Esse empréstimo de R\$2.450.000.000,00 que estamos autorizando hoje é algo que assusta todos nós que acompanhamos a discussão do endividamento e da falência de Minas Gerais.

O nosso Estado vendeu o déficit zero, que foi uma propaganda terrível, ao Brasil inteiro, mas, de uma hora para outra, apareceu uma dívida de R\$70.000.000.000,00, mais uma de R\$5.500.000.000,00 com a Cemig e mais um empréstimo com o BNDES de R\$2.450.000.000,00. Aonde iremos? Quem pagará essa conta é o povo mineiro, que já não tem saúde, educação e segurança pública. Está certo que essa dívida será paga daqui a três anos, mas uma hora o prazo do empréstimo vencerá.

Por isso, da minha parte, quero que seja registrado nos anais da Casa o meu voto contra, como já votei várias vezes, inclusive nesse endividamento absurdo de Minas Gerais com a União, com uma dívida de R\$70.000.000.000,00. Pagamos R\$400.000.000,00, e muita gente ainda bate palma, esquecendo-se de que esse dinheiro fará falta na saúde, na educação e nos interesses de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, muito especialmente, gostaria de me dirigir ao povo de Minas Gerais através da TV Assembleia.

Está hoje aqui, prestes a ser aprovado, o primeiro de uma série de projetos de lei que o Governador Anastasia remete a esta Casa solicitando, mais uma vez, autorização legislativa para contrair empréstimos.

Nós mineiros, que fomos bombardeados por quase uma década com o intensivo “marketing” do déficit zero, do choque de gestão e, mais recentemente, do PIB da China, agora descobrimos, decepcionados e atônitos, que Minas Gerais, com o déficit zero, com o choque de gestão e com o PIB da China, quebrou. Sr. Presidente, Minas Gerais quebrou no afã de construir para o Brasil uma imagem mítica do Senador Aécio Neves, cuja candidatura presidencial se converteu no projeto único do governo de Minas. Inicialmente uma obsessão pessoal, familiar, do grupo político, mas que agora se converte numa obsessão da ação administrativa do governo de Minas e fez relegar a segundo plano a possibilidade de Minas Gerais construir algum projeto de governo. Não temos em Minas Gerais projeto de governo, não temos projeto para a educação, para a saúde e para a segurança. Não é à toa que a segurança vive uma crise, sendo Minas Gerais o único Estado do Sudeste onde a criminalidade sobe.

Na saúde, o governo recentemente faz um TAG com o Tribunal de Contas propondo nada menos que a suspensão da vigência da Constituição em Minas Gerais para que o governo continue descumprindo o mínimo constitucional de 12% para a saúde. Na educação, 112 dias de greve dos professores, que foram proibidos de ter acesso à merenda escolar, um clima permanente de confronto com a classe do magistério. E, mais uma vez, em outro TAG, o governo pede autorização para também suspender a vigência da Constituição no que toca à necessidade de aplicar o mínimo constitucional de 25% na educação.



Portanto, o governo relega a segundo plano qualquer projeto para suas áreas-fim, para a área de prestação de serviços e, sobretudo, no plano social, na saúde, na educação e na segurança e faz essa opção maldita por ter apenas um projeto eleitoral, um projeto de "marketing" do Senador. Agora, quando as coisas começam a apertar e já não é mais possível esconder dos mineiros que Minas quebrou, o governo lança uma estratégia diversionista de querer projetar para o governo federal a responsabilidade do que acontece. O governo do Estado faz uma grande campanha contra a dívida da União. Até se esqueceram que durante 10 anos Minas tinha déficit zero, mas agora tem uma dívida impagável. Curioso que, tendo uma dívida impagável e já sendo o Estado mais endividado de todos da Federação, só do governo de Aécio Neves para cá, com esses projetos que estão em pauta, completarão mais R\$13.000.000.000,00 de novos endividamentos, além da dívida fundada com o governo federal.

Pasmem, mineiras e mineiros, o projeto prevê uma carência de três anos, ou seja, o governo que endivida Minas não vai pagar nada. A conta ficará para os próximos gestores, para as próximas gerações, quando, aliás, voltará a entrar em vigor na cabeça desse governo a Constituição do Estado. No próximo governo - na cabeça deles - voltará a necessidade de investimento dos 12% na saúde, dos 25% na educação, além de começar a pagar a carência dos novos empréstimos que se fazem para manter a farsa em que se converteu Minas Gerais na obsessão presidencial do Senador Aécio Neves.

Portanto, quero encaminhar contrariamente à aprovação desse projeto por coerência, já que o PMDB foi contrário, aliás lá atrás, à negociação que gerou essa dívida que hoje se diz dramática, realizada ou negociada entre Eduardo Azeredo e Fernando Henrique Cardoso, ambos do PSDB. Muito obrigado, Sr. Presidente. Reitero o encaminhamento contrário ao projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, em nome da Bancada do PT, quero encaminhar contrariamente a esse projeto de lei que requer empréstimo de R\$2.400.000.000,00. Os argumentos são bastante semelhantes àqueles apresentados pela Bancada do PMDB, mas acrescento outros. Esse é um pedido de empréstimo ao BNDES, portanto, ao governo federal, porque o governo não conseguiu empréstimo junto aos organismos internacionais. Disseram que foi por causa do "tsunami" no Japão, mas creio que foi devido ao "tsunami" nas contas de Minas. O Estado está quebrado, está com "tsunami" nas contas. Fica difícil um banco japonês emprestar-lhe dinheiro. Até o santo nome "tsunami" foi usado em vão para dizer que o governo não conseguiu dinheiro emprestado do Japão. Como Aécio Neves quebrou Minas e é difícil conseguir empréstimo com organismos internacionais, recorre-se à mãe União, à mãe Dilma, à mãe do PAC, que, com sua bondade e benevolência, dará esses R\$2.400.000.000,00. E aqui na Casa, a base de governo a xinga de agiota. É claro que depende da aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional. Não estão falando desse detalhe. Xingando a Presidente de agiota, pode ser que ela sinta que, se emprestar, irá agiotar Minas. Como alguém pode, em sã consciência, emprestar dinheiro para agiotar? Uma Presidenta com a responsabilidade da Dilma provavelmente não fará isso. Os recursos são nacionais.

Então, essa incoerência para fazer a campanha do Aécio Neves e governar Minas é o dilema do Prof. Anastasia. Por isso Minas vai tão mal. O que quer Minas Gerais? Responsabilizar errada, equivocada e injustamente a Presidenta Dilma e o governo federal ou, de fato, governar? Acho que o Prof. Anastasia deveria optar por governar Minas, e não, pelo projeto pessoal de Aécio 2014. Responsabilizar o governo federal para dizer "quanto pior, melhor" e que nada foi feito em Minas porque o governo federal não fez? Aí, pedem empréstimo e dizem, se ela emprestar, que é agiota. Fico impressionado, "absurdado", termo que usei hoje à tarde. Então, querem chamar o credor de agiota. Vejam a incoerência. Tudo isso não para servir ao governo de Minas, para resolver os problemas, mas para fazer política eleitoral, usando o governo para o projeto pessoal do Senador Aécio Neves. Esse tem sido o dilema do Governador Anastasia. São R\$2.400.000.000,00 a mais, que, se emprestados, farão falta em 2015 para cumprir o mínimo constitucional da educação e da saúde. Agora, o governo atestou, assinou, confessou que não o cumpre. Não vejo os Deputados defensores da saúde mineira reclamarem que os 12% não serão aplicados em 2012, 2013 e talvez em 2014. Somente este ano, são R\$700.000.000,00 a menos. Somando os recursos da educação, teremos o total de R\$15.000.000.000,00.

A professora não pode se alimentar na escola para economizar. Ela tem de passar fome porque a Secretaria de Educação persegue os professores que fizeram greve. Aliás, Deputado Sávio Souza Cruz, no mês que vem, se não me engano, completa um ano a maior greve das escolas de Minas Gerais, com duração de 112 dias. E estão se vingando das professoras por terem reivindicado alimento.

Sr. Presidente, encaminho contrariamente à aprovação porque não vejo condições de Minas Gerais arcar com essa dívida. Se um Estado não consegue 12% para investir na saúde, porque há muitos juros a serem pagos, nem 25% para aplicar na educação, como pedir mais empréstimo e prejudicar a educação e a saúde? Não voto em prejuízo da educação e da saúde em Minas Gerais. Portanto, meu encaminhamento, em nome da Bancada do PT, é pela rejeição desse projeto de lei. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Antônio Júlio - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Pinduca Ferreira - Sr. Presidente, meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "não" 47 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição do Substitutivo nº 2, salvo emendas. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida,



registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram “não” 47 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição do Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Neilando Pimenta - Correção, Sr. Presidente. Meu voto é “sim”.

O Deputado Antônio Júlio - Declaração de voto, Sr. Presidente. Queria que V. Exa. computasse o meu voto “não”. Nenhum destes equipamentos está funcionando. V. Exa. podia pedir para tomar providência.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, voto “sim”.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio vota “sim”.

O Sr. Presidente - Estão computados e retificados. Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 4 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 3 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 1. Em votação, as Emendas nºs 2 e 3. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto é “não”.

O Sr. Presidente - Está retificado. Votou “sim” 1 Deputado. Votaram “não” 47 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição das Emendas nºs 2 e 3. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.060/2012 com a Emenda nº 1. A Comissão de Redação.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.061/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição da Emenda nº 2. No decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto dois substitutivos do Deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 1 e 2. Nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, a Presidência designa como relator da matéria o Deputado Duarte Bechir. Com a palavra, o relator para emitir seu parecer.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE OS SUBSTITUTIVOS NOS 1 E 2 APRESENTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 3.061/2012

Relatório

De autoria do Governador do Estado e encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 215/2012, o projeto de lei em epígrafe altera a Lei nº 19.960, de 23/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - e dá outras providências.

Nos termos da solicitação feita pelo Governador, o projeto tramita em regime de urgência, conforme dispõe o art. 69 da Constituição do Estado.

Publicado no “Diário do Legislativo” de 10/4/2012, foi o projeto distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise preliminar, concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou.



A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão anterior.

Em Plenário, na fase de discussão no 1º turno, o projeto recebeu a Emenda nº 2, de autoria do Deputado Rogério Correia, que foi encaminhada à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer, nos termos do art. 188, § 2º, do Regimento Interno. A Comissão, em sua análise, opinou pela rejeição da Emenda nº 2.

Decorrido o prazo regimental de 45 dias sem apreciação, foi o projeto incluído na ordem do dia, para discussão e votação em turno único, nos termos do art. 208, § 1º, do Regimento Interno. Na fase de discussão em Plenário, foram apresentados os Substitutivos nos 1 e 2, de autoria do Deputado Rogério Correia, sobre os quais cabe a este relator emitir parecer, nos termos do art. 211 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe visa alterar a Lei nº 19.960, de 2011, que autorizou o Poder Executivo a realizar operação de crédito, até o limite de US\$700.000.000,00, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, a serem aplicados na execução das ações do Programa Minas Logística e Segurança Pública. De acordo com as modificações propostas, o valor da operação anteriormente autorizada fica alterado para até US\$80.000.000,00, a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã.

Os Substitutivos nos 1 e 2, apresentados em Plenário, não especificam o nome da operação de crédito a ser firmada com o BID (Programa de Fortalecimento da Segurança Cidadã), que necessita ser citado na autorização desta Casa para a contratação da referida operação, e se referem aos programas e ações elencados como se fossem somente programas, o que constitui uma impropriedade técnica. Assim, por excluírem um termo que é essencial à autorização legislativa e por se referirem de forma inadequada aos programas e ações citados no projeto de lei, não é possível acatar as alterações propostas.

Além disso, o Substitutivo nº 2 revoga a Lei nº 19.960, de 2011, mas incorpora praticamente todos os seus dispositivos. Apenas o art. 1º da lei está sendo modificado, mantendo-se inalterados os demais artigos, o que resulta em incorreção de técnica legislativa. Não se justifica a revogação da citada lei, uma vez que se propõe apenas a mudança de um de seus dispositivos.

Conclusão

Diante do exposto, este relator opina pela rejeição dos Substitutivos nºs 1 e 2, apresentados em Plenário, ao Projeto de Lei nº 3.061/2012.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Srs. Deputados, Sras. Deputadas e, mais uma vez, muito especialmente povo de Minas, através da TV Assembleia, acabamos de aprovar aqui, com voto contrário do PT e do PMDB, R\$2.500.000.000,00 de novos empréstimos para uma Minas que quebrou. Depois do choque de gestão, do déficit zero e do PIB da China, Minas quebrou. A propaganda continua tentando alardear que as coisas, em Minas Gerais, vão muito bem, mas vão bem só na propaganda, Sr. Presidente. Na segurança, temos assistido, em Minas Gerais, especialmente na Região Metropolitana, a um acréscimo preocupante de todos os índices que medem a violência no nosso Estado. Minas Gerais tragicamente é o único Estado do Sudeste onde a criminalidade sobe. Portanto, até seria meritória a destinação que se pretende dar a esse novo empréstimo, que seria o investimento em segurança.

Mas o que tristemente percebemos, Sr. Presidente, é que Minas Gerais abdicou de um projeto de governo, Minas Gerais não tem projeto para a educação. O projeto para a educação é cortar merenda, é o projeto magistério com fome, é projeto de afrontar os professores e promover a maior greve da história do Estado de Minas Gerais. O projeto é fazer TAG com o Tribunal de Contas, para suprimir e suspender a vigência da Constituição. Na saúde, é a mesma coisa. Agora depois de aprovar, com voto contrário do PT e do PMDB, R\$2.500.000.000,00 de novos empréstimos, sem nem parar para respirar, já vem aí mais R\$150.000.000,00 em novos empréstimos. Sr. Presidente, agora Minas Gerais faz essa opção, a opção da mídia, a opção da propaganda. Agora faz também a opção por tentar atribuir a terceiros a responsabilidade da falta de governo, em Minas Gerais. Hoje, a Assembleia Legislativa está promovendo uma coleta de assinaturas, para tentar viabilizar uma emenda constitucional, exigindo que o governo federal invista, pelo menos, 10% em saúde, o que é louvável. Contudo, omite dos mineiros que a Minas Gerais que se empenha para criar um regramento constitucional para a União, estabelecendo um mínimo constitucional de investimento em saúde, é a mesma Minas que descumpr solenemente o mínimo constitucional, que já existe e está sendo descumprido sistematicamente, desde o primeiro ano do governo do PSDB.

Não só se deram agora a autorização de descumprir a Constituição, mas acham que podem, dominando como dominam o “Tribunal do Faz de Conta” do nosso Estado, fazer um TAG para dizer que têm a compreensão, que têm o acordo, que têm a autorização do “Tribunal do Faz de Conta” para descumprir, até o final desse governo, como - insisto - se fosse possível suspender a vigência da Constituição, durante o Governo Antonio Anastasia. Esperamos que o Ministério Público continue analisando e ajuíze as ações cabíveis ao caso e que retomemos o mínimo de normalidade, no cumprimento das leis em nosso Estado.

Mas o fundamental é, mais uma vez, dirigir a palavra a Minas Gerais. Você, mineiro, que está cansado de ouvir a propaganda do déficit zero, do choque de gestão, do PIB da China, agora foi surpreendido ao ouvir que Minas tem uma dívida impagável e, mesmo assim, continua contraindo mais dívida. Só hoje, R\$2.500.000,00 e agora mais R\$150.000.000,00 totalizando R\$13.000.000.000,00 de novos empréstimos só do governo Aécio para cá. Isso faz com que Minas Gerais esteja hoje no “ranking”, na vanguarda, como eles gostam sempre de alardear, como o Estado mais endividado da Federação. Minas tem a pior relação dívida-PIB entre todos os Estados. É a Minas quebrada, herança de Aécio, que está usando todos os recursos de Minas Gerais para apenas fazer propaganda e campanha política para seu projeto pessoal. Acho que a história cobrará um preço alto desse Senador. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Minas quebrou. Aécio quebrou Minas, essa é a verdade. Como agem os governos neoliberais? Como agiam no passado nacionalmente. Fernando Henrique pegava dinheiro do FMI, pagava juros, vendia as empresas

brasileiras estatais, pegava mais empréstimo do FMI, pagava mais juros, encalacrava-se, vendia mais empresas, e o Brasil não solucionava os problemas. Assim foram os anos de FHC, infelizmente anos tristes, décadas perdidas nos oito anos desse governo, uma década perdida no Brasil. Endividamento com o FMI, juros de dívida sendo pagos, empresa estatal sendo vendida, e o povo nas ruas gritando “fora já, fora já daqui o FHC e o FMI”. Foi preciso entrar o Presidente Lula com outra visão, jogar para fora o FMI, fortalecer o mercado interno, dividir renda e fazer o Brasil crescer. Essa foi a receita que o PT e o Lula deram, e, por isso, Lula é tão querido. Por isso a Dilma vem fazendo um excelente governo, agora baixando taxas de juros. A Presidenta está lá, cortando juros. Aqui, corta-se na educação, corta-se na saúde, corta-se na segurança.

Agora o governo quer R\$150.000.000,00 para combater a criminalidade violenta no Estado, para o programa de segurança cidadã. Diz que é para a Copa do Mundo. Vai dar tempo? Vai dar tempo de pegar R\$150.000.000,00 e investir em segurança na Copa do Mundo? Que programas serão esses? Ninguém sabe, aqui ninguém me esclareceu. Serão aplicados R\$150.000.000,00 em quais programas de segurança pública aqui em Minas Gerais? Qual o planejamento? Não sei. A Deputada Liza Prado estava falando que devia ser para comprar coletes bonitos, mais apropriados, armas para deixar os gringos impressionados. Pode ser, talvez seja isso, porque são R\$150.000.000,00 para a segurança. Não é assim, não é só pegar R\$150.000.000,00 lá fora e fazer a segurança. A segurança em Minas vai mal, Minas Gerais é dos piores Estados, é campeão em insegurança. O Estado está também com esse título inédito sendo sustentado: campeão de insegurança.

Não entendo esses R\$150.000.000,00 que aqui serão colocados. Acho até que teria mais razão de ser se Minas Gerais, ao ver essa situação, pedisse auxílio à Força Nacional de Segurança Pública. Seria melhor, porque aqui o caos da insegurança está posto. O Rio de Janeiro fez isso quando foi necessário, pediu auxílio à Força Nacional de Segurança Pública. Minas já está chegando a esse ponto, tal o grau de confusão que estamos vendo nas ruas. O povo está sentindo falta, Belo Horizonte está mais violento que o Rio de Janeiro, que São Paulo. A imprensa não diz, é claro, a imprensa esconde tudo, mas os índices de violência aqui, Deputado Antônio Júlio, são maiores que os do Rio, onde há a Força Nacional de Segurança Pública. O Governador Anastasia deveria pedir auxílio à Presidenta Dilma, confessar que o problema está grave e pedir ajuda. Ela ajuda Minas de todo jeito, ajudará nisso também. Estamos precisando da Força Nacional de Segurança Pública. É melhor do que se endividar, pegar R\$150.000.000,00 e depois cortar da saúde e da educação. Aí corta. Doze por cento para a saúde? De jeito nenhum, corta, não pode, só 8%, e olhe lá.

E nenhum Deputado da saúde vem aqui reclamar que o dinheiro não está vindo. São R\$15.000.000.000,00 da saúde e da educação. Onde estão os Deputados da educação e do governo para virem aqui dizer que estão faltando US\$700.000.000,00, que a professora não pode comer na escola, que as salas são multisseriadas, que não existe professor substituto e que a greve é de 112 dias? Perseguem a Bia, colocam a polícia atrás dela, resolvem no cacete, colocam o sindicalismo para correr. Corta. Aí tem. É o TAG.

Presidente, quem veio aqui defender o TAG foi o Mauri Torres, o que eu já previa. O Mauri, nosso Conselheiro, veio com aquele cacoete de Líder do Governo e fez a defesa alegando que estava difícil, que era complicado investir de uma vez. A Renata Vilhena não veio e mandou um rapaz, coitado, muito bonzinho, mas que nada explicou. O Mauri fez as hostes do governo. Aqui virou uma confusão. Tribunal de Contas é governo. O governo ataca a Dilma, mas não impõe nada. Presidente, a situação está uma confusão. Não adianta pegar R\$150.000.000,00 desse jeito porque não irão resolver o problema da segurança. Nesse caso, peça ajuda à Dilma, à Força Nacional de Segurança Pública o que é um caminho mais viável do que o estabelecido. Sou contrário a aplicar-se R\$150.000.000,00 na segurança sem explicar em que será utilizado esse dinheiro. Não vi ninguém explicar que plano mirabolante é esse que exige R\$150.000.000,00 para melhorar a segurança pública. Muito obrigado.

Sr. Presidente - Com a palavra, pra encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, vamos fazer um discurso repetitivo, mas importante, até para os que nos acompanham pela televisão, a fim de que entendam o que falamos. Durante esta semana e início da semana passada, o governo não permitiu que fizéssemos uma discussão sobre esses empréstimos. Como vocês devem estar vendo pelas ruas, pelos “outdoors”, pelos trabalhos e visitas ao interior que fizemos, Minas está discutindo e exigindo do governo federal a renegociação da dívida do Estado. Hoje Minas deve à União R\$70.000.000.000,00, dos quais pagamos R\$400.000.000,00 de juros, comprometendo-se 13% da arrecadação para bancar os R\$400.000.000,00, que não dão para pagar a dívida, porque ainda fica um resíduo.

Esse é o governo para o qual, no final do dia 14/12/2011, autorizamos um empréstimo por meio da Lei nº 19.960, junto ao BID, de US\$700.000.000,00. Aprovamos o projeto, o governo sancionou a lei e foi ao Bird. Quando o BID viu que Minas Gerais está quebrada e que deve R\$70.000.000.000,00 à União e outros R\$5.500.000.000,00 à Cemig, uma dívida que ninguém sabe qual é, uma dívida maior do que o patrimônio da Cemig, Deputado Rogério Correia, deve ter dito que não ia emprestar US\$800.000.000,00 porque o Estado não dá conta de pagar. Deve ter dito que é mais um endividamento que se contrai sem se ter a capacidade de honrar o compromisso lá na frente. Apesar de ele começar a vencer daqui a três anos, ou seja, no próximo governo, que espero não seja esse que aí está. Atendendo a pressões – “Ah, precisamos investir na segurança, ah, precisamos fazer isso” -, que com certeza aconteceram, o BID fez as contas, modificou e emprestou 10% do que autorizamos.

A maioria dos Deputados, infelizmente, não sabe o que estamos aprovando. Estamos usando uma lei que autorizou US\$700.000.000,00 e hoje, Deputado Sávio Souza Cruz, estamos aprovando US\$80.000.000,00. O empréstimo está diminuindo. Sabem por quê? Porque o BID falou: “Não vou emprestar US\$800.000.000,00, porque vocês não têm condições de pagar”. Minas está quebrada, Minas está falida. Se não tivermos coragem de apresentar em Brasília uma solução para a renegociação da dívida, não teremos condições de tocar o governo.

O Governador atual está tentando pegar esse dinheiro para ver se faz alguma coisa, porque Minas parou, está estagnada, não tem investimento, porque não tem capacidade de gastar. Gastamos muito dinheiro lá atrás e agora estamos nessa situação.

O que nos deixou mais intrigados é que estamos fazendo esse movimento na Assembleia Legislativa e não temos no Congresso Nacional ninguém para discutir a dívida de Minas. O Senador Aécio Neves não pode discutir a questão, pois ele vendeu para o Senado o déficit zero. Como se tem déficit zero e oito anos depois se apresenta uma dívida de R\$70.000.000.000,00? Os outros dois Senadores não sabem nem o que está acontecendo, inclusive no meu partido, o PMDB. Não temos uma liderança na Câmara Federal



para fazer essa discussão. Nenhuma liderança em nenhum partido, inclusive no meu, o PMDB. Não temos uma autoridade, uma liderança, para fazer essa discussão, e Minas está entrando numa situação de inadimplência. Vamos parar o Estado de Minas Gerais. Todo o mundo fica brincando, porque isso não virou problema de Estado, parece que virou só questão de governo.

Isso é problema de Estado, sim. Temos de ter responsabilidade e levantar a voz. E levantamos desde 1998, quando falávamos que a dívida negociada era impagável em 5 anos - o Itamar falava em 10 anos. Agora estamos aí sofrendo, autorizando empréstimos. Para aqueles que estão nos ouvindo, além de tudo o que devemos, ainda estamos autorizando um empréstimo de mais R\$80.000.000,00 – US\$80.000.000,00, que é outro projeto. E em dólar americano, que esta semana está para lá e para cá, subindo, e não sabemos nem a quanto vai essa dívida. Até duvido muito porque esse projeto, pela maioria dos Deputados, foi reprovado aqui por mais de 10 vezes. O BID não libera esse dinheiro. Parece que eles exigem, como se fosse uma certidão negativa, que a lei seja nova, porque aprovamos isso várias vezes, e o BID fala que não emprestará porque não temos condições de pagar. Infelizmente, essa é a situação de Minas Gerais. Não gostaríamos de estar aqui levantando essa questão porque queríamos que o Estado estivesse funcionando, que tivesse segurança pública, educação, transporte. Mas, infelizmente, não é o que está acontecendo no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Deputado Dalmo Ribeiro Silva votou “não”.

O Deputado Hely Tarquínio - Deputado Hely Tarquínio, voto “não”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “não” 47 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição do Substitutivo nº 2, salvo emendas. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, solicito que registre o meu voto.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “não” 47 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição do Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, por favor, gostaria que corrigisse o meu voto. Votei “sim”.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, o meu voto é “não”.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, o meu voto é “sim”.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, faço um apelo a V. Exa. para que retifique este painel. O Deputado Gustavo Valadares já me deu uma aula aqui, mas o painel não está funcionando. O Deputado Hely Tarquínio está tentando votar desde o começo.

O Sr. Presidente - A Presidência informa que, para votar, V. Exa. deve aguardar até que o seu nome apareça no visor do posto de votação. Estão retificados e computados os votos. Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 3 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hely Tarquínio - Votei “sim”, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 3 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação da Emenda nº 1. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Rogério Correia - Verificação.



O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 45 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 2. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.061/2012 com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, quero aqui parabenizar os Srs. Deputados que, de maneira muito lúcida, aprovaram dois projetos de lei do governo para empréstimo junto ao BID e ao BNDES, para diversos programas do governo. Um deles, que é importante destacar, é o asfaltamento de várias rodovias, dando prosseguimento ao programa Processo. O outro, também importante para o conhecimento de alguns Deputados, reforça a destinação de recursos para a área de segurança pública. Ao contrário do que foi dito aqui, por ignorância, não por maldade, Minas Gerais tem o 4º menor índice de criminalidade no País, tem programas exitosos que são referências nacionais. Incluídos nos recursos de R\$150.000.000,00, estão vários programas, não só para a Copa do Mundo - como foi indagado aqui -, principalmente para ela, mas para equipar e modernizar a Polícia Civil, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Sistema Prisional e vários programas de segurança visando à Copa do Mundo. Portanto, Sr. Presidente, esses empréstimos são de altíssima importância. Por isso parabenizo a bancada da Situação e do governo que votou de maneira favorável, porque sabe que temos um Estado que sabe planejar, que sabe o que quer, que sabe levar aos mineiros aquilo que verdadeiramente é necessário. Trata-se de um Governador que governa com seriedade, com planejamento e não com demagogia, como tem sido comum nos últimos anos no governo federal, com a confusão, com a falta de planejamento, com a corrupção e com o "mensalão". Isso não. Em Minas Gerais trabalhamos com planejamento, com seriedade, e é por isso, Sr. Presidente, que parabenizo a Situação e o Governador de Minas, por ter encaminhado este projeto para a Assembleia Legislativa, o qual modernizará ainda mais a gestão pública em nosso Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que sempre com muita tranquilidade e paciência presidiu esta reunião extraordinária da Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, fico sem entender porque alguns jogam tão contra. Não consigo entender. Estou acostumado a estar junto, pelo Estado de Minas Gerais; então, não consigo entender por que alguns votaram contra. O governo de Minas foi claro: enviou para a Assembleia Legislativa uma solicitação de empréstimo, que está aqui. Como alguém pode votar contra o asfaltamento de Abaeté até Pompeu? São 44km de asfaltamento; no entanto, votaram contra. Também temos aqui Almenara-Jacinto-Salto da Divisa: são 61km, Sr. Presidente, mas votaram contra. É isso que chamo de gol contra o patrimônio e contra os mineiros. Vieram aqui, obstruíram e votaram contra 61km de estrada asfaltada, mesmo sabendo que as pessoas estão esperando esse asfalto. Vimos aqui eles ridicularizando o governo e o Senador Aécio Neves, que fez 230 ligações asfálticas. Há projeto mais social do que esse? Continuando: Almenara-Jacinto-Salto da Divisa, Almenara-Pedra Azul-Pedra Grande: 35km. Almenara-Pedra Azul, subtrecho Pedra Azul-Pedra Grande: mais 58km. Sinceramente não consigo entender. Alvarenga-Conselheiro Pena: 56km de asfalto para a nossa população carente. Mas alguns Deputados vieram aqui e votaram contra. Estão votando contra o governo, votando contra o Governador Anastasia, votando contra o Senador Aécio Neves, votando contra os Deputados? Não. Estão votando contra as pessoas das regiões. Temos o Caminho de Minas na região do Deputado Délio Malheiros também. O trecho de Itamarandiba a Capelinha tem quantos quilômetros, Deputado?

O Deputado Délio Malheiros - 60km.

O Deputado João Leite - Votaram contra os 60km de Itamarandiba a Capelinha. É preciso ficar consignado o voto contrário à população. Está aqui, Araponga a Fervedouro, 30km. Votaram contra. Não consigo entender. Temos Arapuá, Tiros, Cedro do Abaeté, 74km de asfalto. É isso o que o governo de Minas fará com esse empréstimo. Como ser contra? Contra o Anastasia? Contra o Aécio? Falaram um monte de coisas aqui. São os adoradores do caos. Eles querem o desmonte, mas isso não ocorrerá. Querem que volte a ser como antes? Eram sete as chamadas para o servidor público receber. Minha mãe recebia no dia 29. E foi feito o choque de gestão, o servidor passou a receber em dia, acabou o sofrimento. Essa é a verdade de Minas Gerais. Aqui está a lista. Qualquer pessoa tem acesso ao "site" do DER e pode ver e prever. Algumas obras serão licitadas, outras estão com a licitação concluída, aguardando somente os recursos para fazer a ligação. As pessoas não estão de brincadeira. Elas estão aguardando as obras que as beneficiarão. Isso é ação social, sim. Quem ficava ilhado no tempo das chuvas agora terá a sua ligação asfáltica. Isso é atendimento.

Governador Anastasia, V. Exa. está fazendo muito bem para Minas Gerais. Senador Aécio Neves, Minas Gerais não o esquecerá. V. Exa. é o mais querido por tudo o que fez pelo Estado. A população demonstrou isso nos números: foram 94% de aprovação. Ninguém lhe tira esses números. Não são aqueles que querem o mal, que estão contra o que o governo planejou para a população carente que impedirão que o nosso governo, eleito democraticamente nas urnas, continue avançando, continue trabalhando pelos mineiros, pelo povo das regiões mais carentes que espera o asfalto, o investimento na segurança pública. É isso o que Minas Gerais está acostumada a ver. Não apenas o PSDB, mas vários partidos fazem parte dessa base forte do nosso governo, que não se abalará por nada. Continuaremos votando a favor da nossa população. Agradeço muito a oportunidade, Sr. Presidente, depois de ouvir tantas coisas que não me prejudicam, mas prejudicam a população amada de Minas Gerais, que está de parabéns hoje. Aprovamos o social, fazendo com que o serviço público chegue à nossa população.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, o que o Deputado João Leite disse é uma realidade que não merece qualquer censura. Conheço vários trechos que serão contemplados no Caminhos de Minas, esse programa espetacular do governo do Estado que interligará todas as regiões do Estado, especialmente as do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. O trecho, por exemplo, de Serro a Conceição já está sendo concluído. Os trechos de Itamarandiba a Senador Modestino e de Itamarandiba a Capelinha estão com um projeto no Executivo, licitado. Sr. Presidente, é preciso deixar claro que o governo do Estado não tem como se utilizar de recursos

próprios para levar adiante esse audacioso programa de obras rodoviárias em Minas Gerais. O governo do Estado está asfíxiado, não consegue prosseguir nesse programa tão importante para Minas Gerais. Está asfíxiado pela própria União, que vem exigindo juros extorsivos num contrato de dívida feito em 1997, por via do qual o Estado já pagou R\$25.000.000.000,00, num contrato que era de R\$17.000.000.000,00, e ainda deve R\$64.000.000.000,00. O Estado de Minas Gerais paga anualmente R\$5.000.000.000,00 dessa dívida impagável, paga juros de 7,5% ao ano, além da correção desse dinheiro pelo IGP-DI. Como querem que o Estado tenha recursos para investir, se a União não tem uma gota de sensibilidade, e assiste solenemente à morte de Minas Gerais nesse contrato? Vem o Governador Anastasia, com o apoio desta Casa, buscar esse empréstimo em organismos internacionais para fazer frente a importantes investimentos. Não podemos, Sr. Presidente, neste momento, negar apoio ao Tesouro do Estado, negar apoio ao governo de Minas, que concluiu, recentemente, o programa estadual de acesso desses pequenos Municípios à rede asfáltica, o chamado Processo. Sr. Presidente, esta Casa, ao aprovar esses três projetos, estará dando um apoio importantíssimo a esse programa que não tem paradigma na história de Minas Gerais, a esse programa que interligará todo o Estado no chamado Caminhos de Minas. Mais que isso, Sr. Presidente, esta Casa vem reagindo a esse contrato firmado entre a União e o Estado, extremamente lesivo a Minas Gerais, o que nos levou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal, com uma ação popular, para que haja uma justa renegociação dessa dívida do nosso Estado. O Supremo Tribunal Federal deu destaque ao processo, em razão da sua importância para o cenário nacional, no que diz respeito a esse tipo de endividamento. Acreditamos, Deputado João Leite, meus colegas, que se deve dar apoio integral a esses três projetos do governo do Estado, deve-se apoiar, sim, um programa de governo como o Caminhos de Minas, que irá interligar regiões importantes deste Estado. E aqueles que não quiserem essas obras, que façam movimentos em outros cantos, mas não em Minas Gerais, porque são obras importantes, de uma relevância social acima de qualquer suspeita. Trata-se de um programa de governo que merece o apoio do Partido Verde e de todos os Deputados desta Casa. E aqueles que são contra, que não trabalhem em desfavor de Minas Gerais como fizeram para retirar do nosso Estado uma parte da Fiat Automóveis e levá-la para Pernambuco. Portanto, Sr. Presidente, esta Casa fez o seu papel de apoiar e aprovar esses três projetos que estão em pauta na noite de hoje.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, vejo que algumas pessoas ainda não conseguem entender, aliás disseram que não conseguem. O nosso povo de Minas Gerais pode não ter entendido, ficar confuso sem saber por que a Oposição votou contra e se é contrária a construir estradas. É um sofisma tão grande que ninguém se convence por argumentos desse tipo. Sr. Presidente, é bom citarmos exemplos concretos porque, assim, Deputada Liza Prado, qualquer um entende. Quando dava aula, citava exemplos bem concretos e os alunos entendiam. Quando damos aulas mais teóricas, às vezes não entendem. No entanto, se dermos exemplos mais concretos e desenharmos, entendem. A “Brasília” do Aécio custou R\$1.500.000.000,00. Essa foi a obra mais cara. A “Brasília” do Aécio é a Cidade Administrativa, aquela que construiu para parecer Juscelino 50 anos depois. Olha, nem moderno ele foi. Então, conforme disse, construiu a “Brasília de Minas”, que custou R\$1.500.000.000,00. Para esse programa das estradas que agora estão dizendo que o governo fará estão solicitando um empréstimo de R\$150.000.000,00. Isso daria, juntamente com a “Brasília de Minas”, para fazer 10 programas como esse e asfaltar 10 vezes o que foi asfaltado; não ficaria devendo juros e faria o programa. Além disso, não ficaria devendo à saúde e à educação o mínimo constitucional. Então não precisava fazer o empréstimo. Fica fácil o exemplo. Esse é só o exemplo da “Brasília de Minas”. Com R\$1.500.000.000,00 dava para fazer 10 programas desse. É óbvio que queremos as obras, mas não pode ser aquela receita do FMI. Acorda, PSDB! O FMI já saiu do Brasil. Esse problema está longe e não pode ficar em Minas Gerais. Por isso Pernambuco cresce, pois o Governador de lá entendeu que não é para ficar solicitando dinheiro emprestado, depois pagar juros e vender empresa. Não é a relação de FHC com FMI. Isso acabou. O povo brasileiro gritou: “Fora já, fora já daqui, FHC e FMI”. No entanto, em Minas permanece a mesma toada. Pega-se dinheiro emprestado, pagam-se juros e vende-se estatal; endivida-se mais, vende-se outra empresa; endivida-se mais, faz-se uma “Brasília”. Pensa-se que essa receita poderá estabelecer um patamar presidencial por meio da obra mais cara do Aécio Neves, ou melhor, a sua principal obra: a “Brasília”. Daria para fazer 10 programas desse e asfaltar 10 vezes mais do que com esse empréstimo, pelo qual se pagariam juros. Deputados e Deputadas, há algo que se chama prioridade administrativa. É prioridade fazer esse tipo de obra e depois deixar de aplicar na educação e saúde? É prioridade fazer essa obra e economizar, deixando uma professora sem alimento na escola? Proibir uma professora de alimento escolar para economizar na educação e não aplicar os 25%? É prioridade de um governo fazer empréstimo, pagar juros altos e não investir os 12% na educação? É prioridade construir uma “Brasília” de R\$1.500.000.000,00 superfaturada, em vez de aplicar na educação e na saúde? Penso que não. Então, são opções que o governo tem de fazer. Considero errada essa opção neoliberal de pensar que pedir dinheiro emprestado, pagar juros e depois vender empresas soluciona o problema. No Brasil, não solucionou. Minas Gerais é o Estado que mais deve no Brasil e ainda está no pensamento antigo neoliberal. Por isso é que os Estados do Nordeste estão melhores. O Prof. Anastasia deveria dar uma circulada no Nordeste e conversar com os Governadores em vez de ficar defendendo esse atraso de choque de gestão, de déficit zero, de cortar na educação, cortar na saúde, desse blá-blá-blá neoliberal; deveria investir melhor, dividir rendas e elaborar projetos onde a população, a partir de uma divisão de renda, fizesse o Estado de Minas Gerais crescer. Aqui o exemplo fica fácil. Não era necessário – lembrando o exemplo da “Brasília” - pedir dinheiro emprestado. Na verdade, bastaria priorizar esse programa e não o programa de construir uma “Brasília” 50 anos depois de Juscelino Kubitschek. Repito: nem moderno é. Os servidores estão reclamando. Realmente, não sei onde se vê essa satisfação dos servidores públicos. Aprovamos na Comissão de Direitos Humanos uma solicitação de visita a algumas escolas e centros de saúde. Vou pedir ao Deputado Durval Ângelo para marcar rápido essas visitas, que eu quero saber onde, em Minas Gerais, os Deputados estão vendo professores satisfeitos, funcionários públicos sorridentes na educação, na saúde, na fiscalização, porque os servidores que vêm à Assembleia vêm para reclamar. Quando me encontro com eles, estão sempre reclamando do serviço público, da falta de incentivo, da falta de dinheiro. Só vejo servidores insatisfeitos. Realmente, é uma Minas diferente de outra Minas que aqui está se vendo. Vai mal. Por isso, Sr. Presidente, foi correto votarmos contrariamente a esse empréstimo. Seriam mais endividamento e mais juros para, em 2014 e em 2015, se investir menos ainda na educação, alegando-se que há juros de dívidas a serem pagos. Aí sofrem os professores, que não podem se alimentar nas escolas, sofrem os médicos, sofrem os servidores públicos com o choque de gestão. Obrigada.



O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento quero me dirigir especialmente a toda a nossa gente querida de Minas Gerais, gente que sistematicamente acompanha nesta Casa os trabalhos do Legislativo. Esta Casa, por decisão dos mineiros, criou essa composição que dá ao Governador Anastasia uma base sólida, unida e com ideais. Não é à toa que o povo mineiro nos colocou no Parlamento e não escondemos, a todo momento, a nossa bandeira da responsabilidade do governo Anastasia. Aqui cheguei e continuo, com muito orgulho, defendendo a bandeira do nosso Governador. Mais do que a do Governador, a bandeira da lealdade, porque continuo acreditando nesse governo. O Deputado que me antecedeu, Deputado Rogério Correia, nos deu alguns exemplos do que está acontecendo em Minas Gerais. Mas faltou trazer os números, a realidade, o que faço com muito prazer. A Linha Verde, que hoje liga a Capital de Minas ao Aeroporto de Confins, passando pela Cidade Administrativa, é uma rodovia-modelo para todo o Brasil e custou R\$320.000.000,00. O Processo, que interligou por asfalto todos os Municípios de Minas Gerais, custou cerca de R\$3.000.000.000,00. No ProMG, mais de R\$500.000.000,00 foram utilizados na recuperação de rodovias estaduais. Números como esses mostram que o Governador Anastasia administra com o pé no chão. E isso tem incomodado uma parcela da Oposição nesta Casa. Quero manifestar novamente à população mineira, àqueles que querem e buscam a todo instante a verdade, aos mineiros que sabem que esta Casa é a Casa dos debates, a Casa onde todos têm oportunidade de se manifestarem, que também nos manifestamos, mas com documentos, com a cumplicidade pela qual os documentos nos conduzem a afirmar as nossas convicções. Quero dizer que nesta semana o Brasil está experimentando o IPI reduzido dos carros até 1.000 cilindradas. Um prejuízo aos cofres públicos municipais e estaduais, que a Presidente, mais uma vez, faz questão de interagir, tirando dos recursos dos Municípios e dos Estados, fazendo com que o povo tenha a ilusão de que esse projeto faz bem, quando, na verdade, faz muito mal. Em recente pesquisa em Belo Horizonte e em Minas Gerais, a Presidente Dilma teve aqui no Estado, Deputado Gustavo Corrêa, 15% a menos de avaliação do que nos demais Estados do Brasil. Não é à toa que aqui é a terra de Aécio Neves, não é à toa que aqui temos um trabalho organizado. O povo mineiro está sentindo, Deputado Sávio Souza Cruz, que Minas está sendo esquecida pelo governo federal. O Deputado Rogério disse que um desses projetos é para cuidar da segurança pública. É verdade, é para cuidar de segurança pública, Deputado Rogério Correia. Um dos investimentos é para a Minas mais segura. Devido à falta de recursos da União, Deputado Bosco, que fecha os seus olhos para Minas, não temos recurso do fundo penitenciário, não temos recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública. Fazemos tudo por conta dos recursos do Estado e nos resta solicitar recursos aos mecanismos internacionais. Para terminar, pois nosso tempo está se esgotando, deixo aqui a nossa última observação, que exprime a verdade daquilo que votamos. O BNDES, o banco do governo federal empresta a Minas os recursos para os investimentos e nos cobra 6% ao ano, Deputado Sávio. Os mecanismos internacionais, os fomentos internacionais emprestarão o mesmo recurso a 3%, ao ano, metade daquilo que cobra o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social. Então, fica aqui, Deputado João Leite, a nossa convicção de que não são com meias verdades, e não é por falta de condição de expressar aquilo em que realmente votamos que a opinião mineira mudará. Votamos, com toda certeza, em investimentos e melhorias para toda Minas Gerais. O Deputado Sávio Souza Cruz poderá confirmar que Esmeralda receberá recurso que ele nem mesmo conhecia. Votou contra, mas, talvez, com a consciência sã, poderá manifestar-se favoravelmente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, quero tentar colocar a decisão dos partidos em votar contra um pedido de novos empréstimos em um outro plano, colocá-la melhor para o entendimento dos mineiros. É um sofisma imaginar que quem vota contra o pedido de empréstimo é contra a destinação dos recursos desse empréstimo. Obviamente, são coisas distintas. Ninguém é contra a se investir em segurança, até porque, também ao contrário do que disse o ex-Secretário Lafayette, ninguém aqui afirmou que a situação de Minas é a pior. Dizemos que é o único Estado, no Sudeste, em que ela piora. Em alguns itens, ela já é a pior, por exemplo, em crimes violentos, em que Belo Horizonte já tem um índice 3,2 vezes maior que São Paulo. Portanto, a questão da segurança, em Minas Gerais, agrava-se a cada momento, e é louvável que o governo busque investir em segurança. Questionamos a gestão, as decisões. Governar é tomar decisões, é priorizar. O Deputado Rogério Correia disse aqui que apenas com R\$1.500.000.000,00, que foram investidos na “Brasilinha” do Aécio, poderia ser feita boa parte desse programa Caminhos de Minas, sem endividar ainda mais e mais o Estado de Minas Gerais. Lembro ainda, Deputado Rogério Correia, que só nos sete primeiros anos do Governo Aécio foram gastos R\$1.400.000.000,00 em publicidade, na construção do mito, em vender para o País a ideia de um gestor infalível, patrocinando descaradamente uma campanha obsessiva do hoje Senador Aécio Neves à Presidência da República. Portanto, não indo muito longe, em apenas dois itens aqui mencionados, se foram R\$1.400.000.000,00 nos sete primeiros anos, e já lá se vão mais R\$2.500.000.000,00. Praticamente, podemos calcular na mesma proporção, mais de R\$2.000.000.000,00 em publicidade, nos três últimos governos. Com mais R\$1.500.000.000,00 da “Brasilinha”, teríamos um montante de todos os três empréstimos que estão sendo votados no momento, na Assembleia Legislativa. Haveria recurso para tudo que está sendo proposto e ainda sobraria. Não seria preciso endividar gravemente Minas Gerais e ficar nessa esquizofrenia: o Estado que denuncia o governo federal, por ser agiota, vai lá buscar mais empréstimo; o Estado que propõe que o governo federal tenha um mínimo constitucional de investimento em saúde descumpra o mínimo constitucional que já existe; o Estado que anuncia que não pode fazer nada porque a dívida sufoca as finanças continua mais e mais endividando Minas Gerais e, o que é mais grave, programando o início dos pagamentos para depois do final deste governo. Ou seja, as gerações futuras dos mineiros é que pagarão a conta da “Brasilinha” do Aécio, da propaganda da D. Fernanda Montenegro na TV para mentir sobre uma educação que não existe em Minas, da Débora Falabella. E assim é toda essa Minas do “marketing”, essa Minas midiática, na qual todos os mineiros adorariam morar. Mas os mineiros estão, infelizmente, condenados a viver na Minas real. A Minas real é a Minas abandonada, a Minas empobrecida, a Minas desindustrializada, “reprimarizando” sua economia, crescendo menos do que o Brasil, endividando-se cada vez mais, quebrada. Minas Gerais é o Estado mais endividado, insisto nisso, entre todos os da Federação; é um Estado que chegou ao ponto de, se retirarmos a pauta mineral de nossa economia, cair para a 14ª posição no “ranking” das economias do Estado brasileiro. Tudo isso em favor da renúncia à obrigação de governar para os mineiros. A opção que se fez, de forma criminoso, nos três últimos governos, foi de abdicar de gerir a educação, a saúde, a segurança, as áreas sociais mais carentes, mais nevrálgicas, para apenas se concentrar na publicidade, no “marketing”, na construção do mito, na sustentação da campanha presidencial, na obsessão presidencial do Senador Aécio Neves, custeada sempre,

lamentavelmente, pelo erário mineiro. Agora, cada vez mais, essa situação se agrava, com mais novos empréstimos, insisto, totalizando, com os dois de hoje e com o que, prevejo, infelizmente será votado amanhã, mais de 13 bilhões, além de toda a dívida fundada, preexistente com o governo federal. É contra isso que nos debatemos. Não somos obviamente contra a segurança, nem obviamente contra o programa de ligar as comunidades mineiras por asfalto. Mas queríamos que se fizesse isso com recursos próprios, com os pagamentos feitos neste governo e não endividando cada vez mais o Estado, denunciando a dívida e endividando, dizendo que deve haver mínimo para a educação e descumprindo esse propósito aqui. Isso virou essa esquizofrenia que vivemos em Minas, tudo pela obsessão presidencial do Senador Aécio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Bosco - Caro Deputado Dinis Pinheiro, Presidente; caras Deputadas e Deputados, boa noite. Não poderia também deixar de saudar nossos telespectadores que nos acompanham neste momento, por meio da transmissão da TV Assembleia. Ao declarar aqui nosso voto, tenho certeza absoluta, caro Deputado João Leite, que todas as mineiras e todos os mineiros estão vivendo uma realidade totalmente diferente da que foi mostrada aqui anteriormente, sobretudo no início desta reunião. Estamos vivendo em um Estado proativo, um Estado que está experimentando um desenvolvimento diferenciado, sobretudo com a preocupação pela qualidade de vida. Não poderia um Governador sério, transparente, comprometido como o Prof. Anastasia buscar qualquer desculpa à mercê de uma dívida astronômica que existe há décadas, cujos juros são dos maiores praticados mundialmente, comprometendo praticamente R\$5.000.000.000,00 por ano da nossa receita, impedindo que o Estado continue crescendo na velocidade necessária e desejada pelos nossos governantes. Não pode o governo simplesmente retroceder. É isso que o Governador Anastasia tem feito: avançar, avançar e avançar cada vez mais. Caros Deputados, principalmente os de nossa base de apoio ao governo do Estado, hoje, com certeza, votamos um dos projetos mais importantes deste governo, que permitirá com que Minas continue avançando, criando novos caminhos a favor do desenvolvimento e do segmento social e oferecendo melhores condições para o escoamento da produção e o transporte de matéria-prima. Votei com muita tranquilidade nesse projeto porque temos, sim, conhecimento de seu grande alcance. Como representante do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro, como os demais parceiros Deputados da região, votamos a favor do asfaltamento do Rio Paranaíba até a Serra do Salitre, um sonho antigo da região. São 60km que estão nesse projeto hoje aprovado nesta Casa e que passarão a ser realidade para o Rio Paranaíba e para a Serra do Salitre. Sr. Presidente, votamos a favor do asfaltamento entre as cidades de Medeiros e Pratinha, num total de 52km, um anseio, um desejo enorme da região que, por meio desses projetos, virará realidade. Votamos ainda a favor do povo de Campo Florido, que já espera há muito tempo a ligação entre o Município e Uberlândia, cobrindo uma distância de aproximadamente 28km. Votamos também, em favor de Perdizes, que já sonha e clama pelo asfaltamento da ligação até Uberaba, distante 28km. A exemplo das cidades que citamos do Vale Paranaíba, tantas outras pelo Estado afora são prioridade não só deste governo, mas principalmente de nossos mineiros e mineiras. Digo ao meu povo de Minas Gerais que estou aqui com muita tranquilidade. Votei com muita tranquilidade nesses projetos porque essa é a forma positiva e propositiva de contribuir com este governo, de contribuir com o Governador Anastasia e com o nosso Senador Aécio Neves, para fazer com que Minas Gerais continue sendo um destaque, um Estado diferenciado, e sobretudo buscando, a cada dia mais, qualidade de vida para todos os mineiros e mineiras.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 30, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.062/2012; discursos dos Deputados Rogério Correia, Antônio Júlio e Sávio Souza Cruz; apresentação do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 4 e 5; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Bonifácio Mourão; Rogério Correia; Sávio Souza Cruz e Antônio Júlio; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação das Emendas nºs 3 e 4; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 5; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Almir Paraca - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Vanderlei Miranda - Zé Maia.



Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Rômulo Viegas, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 3.060 e 3.061/2012, apreciados na extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.062/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opinou pela rejeição da Emenda nº 3. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, chegamos hoje, nesta quarta-feira de manhã, para a votação de um terceiro projeto de empréstimo que o governo enviou este ano à Assembleia Legislativa. Somados os três, ao todo são quase 3 bilhões e duzentos milhões de novo empréstimo, que se somará a quase 4 bilhões que foram aprovados no ano passado. Somente no final do ano passado e este ano, somaremos mais de 7 bilhões de pedidos de empréstimo do governo.

Ao fazer a análise e encaminhar contrariamente à votação do Projeto nº 3.062, esclareço à população de Minas Gerais os motivos da Bancada do Partido dos Trabalhadores, notadamente em relação a este que discutimos hoje. No caso desse projeto, o governo procura junto à Corporação Andina de Fomento - CAF - um empréstimo no valor de US\$300.000.000,00, aproximadamente R\$561.000.000,00, para o programa Caminhos de Minas. Aliás, esse é o projeto para o Caminhos de Minas. Ontem aprovamos dois outros que se referiam à modernização do centro prisional, à segurança na Copa e também à infraestrutura rodoviária. Mas, o Caminhos de Minas é exatamente o programa para o qual esse empréstimo está sendo pedido junto à CAF - repito - no valor de R\$561.000.000,00. Qual é a polêmica e por que votarmos contra?

Ontem, alguns Deputados da base governista usaram um sofisma para tentar fazer transparecer que quem é contrário ao pedido de empréstimo o é também em relação à obra. Esse é um sofisma: se a pessoa é contra o empréstimo é também contra a obra. Nunca vi um raciocínio tão tosco e inverídico! É claro que existem opções para governar: fazer empréstimos ou alocar recursos, conforme a necessidade orçamentária. E é sobre isso exatamente que quero dialogar e polemizar com a base de governo e com o próprio governo.

Fazer empréstimo é a opção de haver endividamento e, a partir de 2015 - esses projetos determinam uma carência de 3 anos -, incluir o pagamento de juros dessa dívida no Orçamento do Estado. Qual é o significado disso? Haverá menos recursos - e eles já são escassos - para serem aplicados em educação, saúde, segurança pública e demais deveres do Estado, pois, se o Estado paga mais juros, evidentemente, ao fazer esse pagamento, terá menos recursos orçamentários para aplicar. A opção do governo é fazer empréstimo, e, há muito tempo, já venho fazendo crítica a essa forma de governar. Fernando Henrique Cardoso governou assim: pedia dinheiro emprestado ao Fundo Monetário Internacional, a dívida brasileira crescia, inchava, ficava grande e gorda, e, depois, como o governo não tinha condições de pagá-la, vendia estatais. Assim, ele foi vendendo o Brasil e submetendo-o aos ditames do FMI. Esse foi o resumo da ópera tucana e de Fernando Henrique Cardoso. E faliu o Brasil, levando-o ao fundo do poço.

Felizmente, quando o Presidente Lula assumiu, acabou-se essa visão equivocada de gestão e se passou a eliminar o FMI de nossas negociações. Resolveu-se, então, o problema do FMI, investiu-se no mercado interno, dividiu-se a renda, e os pobres fizeram o Brasil rodar a roda da economia e, mesmo com a crise internacional, o País gerou emprego, cresceu e se desenvolveu, com a divisão de renda. Trocou-se a lógica neoliberal pelo modelo de governo democrático e popular. Essa foi a alteração econômica fundamental: substituiu-se a ideia da subserviência aos ditames do FMI e dos Estados Unidos por uma política externa justa. Retirou-se a Área de Livre Comércio das Américas - Alca - e se colocou o Brasil no mercado internacional, com a China, a Europa, a América Latina, a África, liberando-nos, portanto, da vinculação absurda que tínhamos ao Consenso de Washington e ao FMI.

Essa foi a mudança lógica feita no ponto de vista macroeconômico do Brasil, que, portanto, melhorou. Aqui em Minas, em dimensões menores, vivemos o mesmo dilema. O governo tucano não percebeu isso durante os 8 anos do Aécio nem agora, no período do Anastasia - já se completam 10 para 11 anos. Então, permanece a mesma lógica, Deputado Célio Moreira: o governo pega emprestado de bancos internacionais - e eles já não emprestam mais, por isso a necessidade de ele ir ao BNDES, que fará o grande empréstimo aprovado por esta Casa ontem, com o nosso voto contrário -, vai novamente ao capital financeiro e, com isso, sobrecarrega o orçamento do Estado e vai vender empresas. Como não pode vender empresas, Minas vai se encalacrando em dívidas. E não resta ao governo outro discurso, senão o de culpar o governo federal, senão dizer que tem uma dívida alta, que paga juros altos; porém vai ao próprio governo federal pedir mais recursos. É ilógico. Essa tem sido a lógica do governo. Como se diz, está comprando o almoço para pagar na janta. E o Estado de Minas Gerais vai falindo.



Ontem o nosso assessor Carlão me chamou a atenção para que eu fizesse uma comparação com a nossa família. Se você tem um orçamento familiar e compromete esse orçamento com dívidas, aumentando esse endividamento cada vez mais com o que paga de juros, vai passar a ter menos recursos para comprar comida. Por isso você pede mais empréstimo, e menos comida terá, até que um dia você passa a ter fome literalmente. Assim é Minas Gerais, assim é o governo que Anastasia e Aécio fizeram. Por isso o choque de gestão e o déficit zero faliram.

Quando falamos que Aécio quebrou Minas, dizemos a verdade, porque ele quebrou por meio de pedidos de empréstimos. Ontem o Deputado Sávio Souza Cruz lembrava que só no governo Aécio e Anastasia foram solicitados R\$13.000.000.000,00 a mais, além daquele grande empréstimo que o Azeredo negociou com o Fundo Monetário Internacional - FMI - e com FHC. Agora o PSDB descobriu que os juros são altos, mas são feitos de tucano para tucano, com o aval do FMI. Então, Deputados e Deputadas, esse é o quadro de Minas. Qual é a solução? Pedir mais dinheiro emprestado? Digo que não. Essa solução levará à fome no futuro e a piorar o orçamento do Estado de Minas Gerais como FHC piorou o orçamento do Brasil.

Vou então passar às soluções petistas, às soluções que Lula deu e que Dilma está dando para o Brasil e que estão melhorando o nosso país. Ou não estão? É claro que estão. Está dividindo renda e proporcionando outras melhorias ao povo. Qual é essa solução, Deputado Célio Moreira, que eu vejo ansioso para resolver esse impasse? Que solução haveria ao invés de simplesmente pegar dinheiro emprestado, o que não acho ser a solução? Dizem que se não pegar dinheiro emprestado não se fazem obras. Não é verdade. Vou dar um exemplo simples. Ontem houve Deputado que não entendeu, então vou desenhar a situação para todos entenderem. Deputado Marques, a “Brasilinha” de Minas, do Aécio, aquele monstro que foi feito na Cidade Administrativa serviu para retirar os servidores do seu local de trabalho e jogá-los na Zona Norte sem metrô, sem obras de infraestrutura, o que acarretou mais transtornos no trânsito, mais confusão, deixando os servidores insatisfeitos, porque ficam lá 10 horas por dia, tendo de pagar mais caro pelo almoço e sem poderem sair de lá. Aquela “Brasilinha” do Aécio, que tinha apenas o interesse de imitar Juscelino e mostrar Aécio para o Brasil - imitar Juscelino 50 anos depois, o que demonstra que Aécio não é nem moderno, pois teve uma ideia atrasada e retrógrada -, custou R\$1.400.000.000,00. Sabem de quanto é o empréstimo para o programa Caminhos de Minas que será votado agora? Será de R\$561.000.000,00. Portanto, somando com a “Brasilinha”, dava para fazer todas as pavimentações asfálticas do Estado de Minas Gerais. É uma questão de opção. É preciso pedir dinheiro emprestado? Não.

Deputados e Deputadas, povo de Minas, bastava a opção por não fazer a “Brasilinha”, por não ter o projeto presidencial pessoal, essa ficção acista pela Presidência da República e a utilização do governo de Minas como órgão empreendedor dessa tarefa pessoal. Se, ao invés disso, tivessem pensado em Minas e feito os Caminhos de Minas com o dinheiro da “Brasilinha”, Deputado Antônio Júlio, já teríamos feito todo o asfalto no Estado sem ter de pedir um centavo emprestado. Acho que deu para entender. Os recursos da “Brasilinha” somaram R\$1.400.000.000,00. Esse dinheiro traria o asfalto e nós não ficaríamos pagando juros de dívida, pois é isso que prejudica o nosso orçamento. Mas qual aposta fez o governo senão esta de investir na “Brasilinha”? Além desse equívoco, o que foi feito posteriormente pelo governo? Como ele gastou onde não podia, agora pede dinheiro emprestado, e como os juros só aumentam, Deputada Liza Prado, aí vem o pior. Os cortes do choque de gestão são feitos na saúde, na educação e na segurança pública. Os cortes e os TAGs são a confissão de culpa do governo.

Após o absurdo de se endividar para fazer a “Brasilinha” - faço um parêntese para lembrar os Deputados Antônio Júlio e Sávio Souza Cruz -, ainda existe o absurdo da propaganda para enganar o povo, que é o que se fazia no Reich nazista. Repetir bastante as mentiras na televisão e impedir que seja feito de fato algum procedimento democrático de discussão. Em seguida, estrangulam-se os poderes - isso é feito em especial pela mídia - e a partir de gastos absurdos - o Deputado Sávio Souza Cruz, ontem, falou em mais de R\$2.000.000.000,00 -, mais problemas são acumulados para o Estado. Como consequência, o espaço democrático de discussão é asfixiado pela dominação da mídia e de outros instrumentos.

Como tudo isso, o Estado precisa fazer cortes no orçamento da educação, da saúde e da segurança. Como ele não investiu nesses setores ou investiu menos que o determinado pela Constituição, o governo se encalacrrou judicialmente e passou a dever aos setores essenciais. Vou informar o valor dessa dívida. De 2003 a 2011, Deputados e Deputadas, o Estado passou a dever à saúde R\$7.792.235.895,57. Esse é o déficit sem o acúmulo inflacionário. Ao invés de o governo aplicar 12% na saúde, ele aplicava uma média de 8%, porque retirava o dinheiro da Copasa, ou melhor, colocava na conta do orçamento do Estado recursos de empresa pública, como é o caso da Copasa, o que não pode ser feito. Assim, o governo deixou de investir na saúde, e hoje o Senador Aécio Neves é réu em um processo do Ministério Público da Dra. Josely, que lhe cobra uma bagatela de R\$4.300.000.000,00 que não foram investidos na saúde. Então, de 2003 a 2011, a dívida com a saúde é de quase R\$8.000.000.000,00.

No caso da educação, o truque é outro. É colocar os aposentados e pensionistas como investimento na educação, o que legalmente também não pode ser feito. Nenhum Prefeito e nenhum Estado do Brasil fazem isso, apenas em Minas é que o Tribunal de Contas faz vista grossa e deixa acontecer uma coisa dessas. Resultado: há uma dívida de R\$7.412.238.000,00 com a educação pública em Minas Gerais, no período de 2003 a 2011. Somando os investimentos que não foram feitos na saúde e na educação, encontraremos uma dívida de R\$15.000.000.000,00 em números redondos, no intervalo de 2003 a 2011. Essa é a dívida com a educação e com a saúde. É por isso que a educação pública de Minas Gerais paga péssimos salários às professoras e aos professores, que, além disso, ainda são impedidos de se alimentarem na escola para fazer economia. Ainda como consequência dessa dívida, existem salas multisseriadas, greve de 112 dias e tratamento inadequado às professoras e aos professores. É também por causa disso que professores substitutos não são contratados para os supletivos do Estado, sendo também essa a razão pela qual faltam professores em sala de aula. Esse também é o motivo para a educação pública de Minas Gerais ter ganhado um dossiê do Sind-UTE mostrando como o governo trata o sistema educacional.

Também é por causa dessa dívida que a saúde pública não tem os equipamentos necessários nos hospitais e nos postos de saúde. Deputados e Deputadas, povo de Minas, Prefeitos e Prefeitas de Minas, o governo do Estado não faz sua parte, por isso, os Prefeitos têm de investir na saúde 20%, 22% e 25% e nunca os 15% constitucionais. Ressalto que, nesse caso, o governo federal também tem



responsabilidade, já que deveria estar atuando para fazer o investimento de 10% da União, embora isso não esteja em lei. Entretanto, concordo com a ideia de que é justo haver um aporte financeiro maior na saúde. Digo isso claramente.

Voltando ao que estava dizendo, repito que o governo do Estado não cumpre sua parte, ou seja, não investe os 12% na saúde. Então, essa dívida de R\$15.000.000.000,00 é a de 2003 a 2011. Deputados e Deputadas, companheiros e companheiras que nos escutam, fazendo um resumo: o governo pede o dinheiro emprestado, encalacra-se em dívidas, e o Estado de Minas Gerais não tem mais estatais para vender, porque Itamar Franco e esta Casa Legislativa proibiram a privatização da Cemig e da Copasa - e eu fui relator dessa questão com toda a honra - e não permitimos a venda das empresas. Aquelas outras já foram vendidas por Azeredo. Então, não há mais o que vender em Minas. Azeredo vendeu o Bemge, o Credireal, um terço da Cemig, pagou juros e continuou endividado. Já contei essa história, mas é bom dar nomes aos bois. Foi Azeredo quem fez todo o sistema de privatização junto ao FMI e a FHC, e não resolveu o problema.

Então, o que acontece agora, nesse procedimento? Com o Estado endividado e encalacrado, o governo de Minas Gerais pegará mais empréstimos. Ora, já aponte aqui a solução: em vez de pegar o empréstimo, deveria ser feito, no Estado, investimento nas prioridades. Faz-se o caminho de Minas com os recursos orçamentários que não sejam aqueles de pagamentos de juros. Como? Não fazendo de Minas Gerais uma experiência malfadada de comitê eleitoral do Sr. Aécio Neves. Não se investiu na saúde e na educação a fim de garantir a Aécio Neves a “Brasilinha”, as obras faraônicas, os interesses de empresas de comunicação, a mídia e a propaganda para esconder do povo mineiro e tentar parecer ao povo brasileiro que o governo ia bem.

Agora a casa caiu. Minas Gerais está falida, quebrada, e o governo vem com a antiga solução de pedir empréstimos. Para que o nosso povo que me escuta tenha a noção exata do que acontece com o tal do termo de ajustamento de gestão - TAG -, se ele for aplicado este ano - digo “se for aplicado” porque ainda há uma esperança... Na audiência pública que realizamos nesta Casa, a Dra. Josely anunciou que o Ministério Público da Saúde, da Educação e da Defesa do Cidadão entrará, talvez ainda nesta semana ou, no máximo, na semana que vem, com uma ação civil pública para derrubar o TAG. Se ele for derrubado, o governo terá, sim, de fazer o investimento constitucional. Sabe quanto, Deputados e Deputadas, teremos a mais, em Minas, na educação e na saúde, só este ano? R\$1.400.000.000,00. Em outras palavras, se for vitorioso o TAG, essa excrescência jurídica que simplesmente varre para debaixo do tapete a Constituição Federal, como se Minas Gerais não tivesse de responder por ela, esse termo nitidamente inconstitucional, serão retirados da educação e da saúde, só este ano, R\$1.400.000.000,00. Sentirão falta as professoras, os estudantes, os alunos, a equipe de trabalhadores da educação, todos nós, especialmente os mais pobres que dependem da educação pública. Também sentirão falta aqueles que estão enfermos, que esperam a aplicação de recursos na saúde pública. Também esses serão prejudicados pelo TAG. Por que isso acontece? Porque o TAG proposto pelo governo e incrivelmente assinado pelo Tribunal de Contas do Estado...

Presidente Dinis Pinheiro, quem esteve aqui foi o ex-Presidente Mauri Torres, que veio explicar o TAG. V. Exa. sabe que o Conselheiro Mauri Torres é meu amigo pessoal. Gosto muito dele e tenho por ele toda a admiração, pois foi um excelente Deputado e um excelente Líder de Governo nesta Casa, a quem Aécio Neves e Anastasia deviam agradecer os serviços prestados. Diria que o Mauri Torres é tão esperto que passa mel na boca até da Oposição, e não só chupamos o mel mas ainda fazemos o que ele gosta que seja feito. Até me acusaram: Rogério, você dá muita razão ao Mauri. Contudo, Deputado Délio Malheiros, o Mauri veio explicar o TAG, que V. Exa. sabe que é inconstitucional. V. Exa., Deputado Délio Malheiros, é um estudioso e “expert” no assunto. Quem sou eu para confrontar V. Exa., que também tem responsabilidade jurídica. O TAG prevê que, este ano, o Estado terá de investir 9,68% na saúde pública e não os 12%. O TAG prevê também que terá de investir 22,82% na educação e não os 25%. Isso é um TAG. A Constituição não vale, o que vale é o TAG. Segundo o Tribunal de Contas, o governo está autorizado a fazer apenas esse gasto e não o constitucional. Evidentemente, isso é inconstitucional, e o Ministério Público já entrará com uma ação. O Conselheiro Mauri Torres veio aqui falar sobre o TAG. A Secretária Renata Vilhena não pôde vir. Seria um prazer tê-la aqui, pela sua inteligência, perspicácia e capacidade técnica. É sempre um prazer tê-la aqui também pelo fato de ser uma calorosa atleticana e torcer pelo campeão mineiro, mas ela não deu o ar da graça e mandou um rapaz muito bonzinho, que teve uma certa dificuldade em explicar por que o governo não está investindo o mínimo constitucional na saúde e na educação. O Conselheiro Mauri Torres não aguentou. Parece que lhe deu aquele fogo de líder do governo, e ele veio explicar por que o TAG não deveria ser instituído. Segundo ele, o governo teria dificuldades. Isso foi dito pelo Tribunal de Contas. Mostra-se que o Tribunal de Contas e governo vão virando a mesma coisa, assim como a Assembleia Legislativa. Não há independência de Poderes. Aqui vale o estado de exceção.

Tirando o jornal “O Tempo”, ninguém mais da imprensa, da grande mídia, teve coragem de falar sobre o termo de ajustamento de gestão e da polêmica em Minas Gerais diante da questão de a Constituição valer ou não. Isso é impressionante. Aqui em Minas Gerais, o estado de exceção prevalece na mídia, no Tribunal de Contas e na Assembleia Legislativa. Está tudo dominado.

O Ministério Público agora diz: “Não, doutor, 'Aeceu'”. Ele continua fazendo o que o Aécio determina. Mas o Ministério Público da Saúde, da Educação e do Patrimônio Público entrará com uma ação. Felizmente alguém terá coragem de enfrentar esse poder de exceção que acontece aqui em Minas Gerais.

Deputado Délio Malheiros, depois procurei V. Exa. Quem sabe V. Exa., que está tão preocupado com essas questões, pode ajudar-me a entrar também com uma ação popular para que seja cumprida a Constituição quanto à saúde e à educação. V. Exa., certamente, como pré-candidato a Prefeito de Belo Horizonte, sabe que terá de cumprir os preceitos constitucionais, caso seja eleito, sem fugir disso, pois o Tribunal de Contas é duro com o Prefeito. Se o Prefeito investir na educação um centavo a menos do que os 25% previstos pela Constituição, o Tribunal de Contas vai lá, dá uma dura no Prefeito e o coloca inelegível, e assim acontece em relação à saúde. Mas o governo do Estado não faz isso, pois aqui está tudo dominado para o projeto Aécio 2014. Minas Gerais tem de virar um comitê eleitoral do Senador Aécio Neves e não mais um Estado a ser governado com autonomia. Infelizmente, é isso o que acontece.

Mas o TAG, com esses percentuais que li aqui e chamei a atenção do Deputado Délio Malheiros, trará um prejuízo a Minas na área da saúde e educação de R\$1.400.000.000,00. Aqui está posta a alternativa do governo ao pedir dinheiro emprestado. Ele faz isso e, depois, não conseguindo arcar com os juros, o que faz, além de culpar a Presidente Dilma? Corta a verba da saúde e da educação. O Governador Anastasia faz as suas opções, como fez o Senador Aécio Neves. Este preferiu construir a “Brasilinha” a, com recursos



próprios, fazer o Caminhos de Minas. Agora, ele pede dinheiro emprestado para ficar devendo. Ele poderia não ter pedido dinheiro emprestado e feito o Caminhos de Minas com o dinheiro da “Brasilinha”. Ele poderia ter economizado pelo menos metade do que gastou com publicidade, para fazer dois Caminhos de Minas. Todo esse empréstimo que foi pedido este ano não seria necessário, pois, só com a economia na “Brasilinha” e nas propagandas, esse dinheiro seria conseguido.

Estou mostrando outro caminho, para que depois os Deputados não venham sofismar, como fizeram ontem, dizendo: “Ah, você está contra o empréstimo, então está contra a obra”. Esse raciocínio é tão tacanho e tosco como se política e opções fossem meramente matemática e aritmética. Não; trata-se de opções orçamentárias. Fazem-se as opções de governo a partir das prioridades. Por exemplo, se eu fosse Governador do Estado, jamais admitiria aplicar menos do que 25% na educação e 12% na saúde pública, custe o que custasse. Esses dois setores são essenciais. Não podemos mexer neles. Não sou eu que acho isso. Quem acha isso é a Constituição Federal. Quem acha e achou isso foram os Constituintes de 88, que estabeleceram esse mínimo constitucional. O governo, simplesmente, de forma ditatorial e autocrática, não pode deixar de estabelecer isso, com o aval do Tribunal de Contas do Estado. Essa situação é grave. Qual é a solução que o governo oferece? Mais dinheiro emprestado. Quando vai começar a pagar? Em 2015. Em que governo? No próximo. Terá ele recursos para cumprir isso? Se não tiver, vai cortar da educação e da saúde? Olha que os programas de educação têm sido prioridade nacional. A Presidenta Dilma lançou agora o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico - Pronatec -, prioridade educacional absoluta, com geração de emprego e renda para a juventude e acesso ao ensino tecnológico. Serão 8 milhões de novas vagas.

A educação em Minas deveria aproveitar o bom momento da educação nacional, com a criação de universidades. Em Minas Lula criou ou ampliou 15 universidades federais, enquanto Fernando Henrique não criou nem ampliou nem uma. Foram feitas opções: Fernando Henrique pegava dinheiro emprestado do FMI, pagava juros e, depois, vendia estatais; Lula fez investimentos sociais no Brasil e em Minas Gerais. Os recursos são abundantes em Minas. Citei universidades e poderia citar o Bolsa Família e o Pronaf. Só de Pronaf são R\$1.200.000.000,00. Isso faz a economia crescer, não é necessário pegar dinheiro emprestado no FMI. É outra opção, outro modelo de desenvolvimento.

Em Minas, não basta apenas exportar minério, é preciso haver planejamento. Por isso o Nordeste cresceu mais. Não adianta os Deputados da Base do governo reclamarem que estão indo recursos para Pernambuco, porque lá o Governador está fazendo projeto, está correndo atrás, está buscando recursos, não fica brigando com a Dilma, nem a xinga o dia inteiro; simplesmente busca recursos a fundo perdido de investimento, não é dinheiro emprestado; lá, corre-se atrás. Aqui o governo faz uma péssima gestão e optou por brigar com o governo federal para fazer a vontade do Aécio Neves; é o comitê eleitoral de que o Deputado Sávio Souza Cruz fala.

Nesse último minuto e pouco que me resta, infelizmente, tenho mais uma notícia ruim: Minas lidera a perda de mata atlântica no Brasil. É mais um recorde negativo. Pelo terceiro ano consecutivo foram devastados em Minas 6.339ha do bioma. Ou seja, metade da devastação da mata atlântica do País ocorreu em Minas Gerais. Olhem aí os minerodutos, a bondade do governo com as empresas mineradoras, que têm devastado a mata atlântica na nossa Zona da Mata. Não só eu, mas o Deputado Federal Padre João fala isso todo dia na tribuna da Câmara dos Deputados. A mata atlântica está sendo devastada em prol das mineradoras em Minas Gerais. Atenção, Anastasia! Metade da devastação da mata atlântica ocorreu em Minas Gerais. É um recorde negativo no terceiro ano consecutivo. Olha aí o choque de gestão! Para isso, é que se faz corte em educação e saúde. Aqui, podemos ver, mais uma vez, a má gestão até na área ambiental. A Dilma veta os artigos que prejudicam o meio ambiente no Código Florestal, mas, em Minas, a vergonha está estampada nos jornais. Hoje, até o jornal “Estado de Minas”, que é “aecista” juramentado, publicou que Minas é campeão em desmatamento: metade da devastação da mata atlântica ocorreu este ano no governo Anastasia. Essa é a herança “aecista”, Sr. Presidente; esses são os motivos pelos quais votamos contrariamente a esse projeto. Sr. Presidente, a Presidenta Dilma faz um enorme esforço para diminuir o desmatamento na Floresta Amazônica, e realmente ele tem caído a cada ano. Agora, em Minas acontece a metade da devastação da mata atlântica do País. É o terceiro ano seguido em que Minas bate esse recorde negativo. É uma vergonha. Minas lidera a perda da mata atlântica no Brasil. E quem diz viva a isso? As mineradoras, que tanto contribuíram para as campanhas eleitorais do nosso Governador e do Senador Aécio Neves. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados e principalmente quem nos acompanha pela TV Assembleia, como sempre, o Plenário está vazio e não temos oportunidade de fazer uma discussão com os parlamentares, porque é ordem do governo não discutir projetos. Esse projeto que estamos aprovando, como os de ontem à noite, não teve a mínima discussão. É preciso votá-lo porque o governo mandou, e cumpra-se. Gostaria de demonstrar nossa preocupação com a responsabilidade com o Estado de Minas Gerais e não com o governo de Minas Gerais. Infelizmente, em Minas Gerais, fez-se um projeto político. Todos sabem qual é e não ficarei repetindo que projeto é esse. Estão esquecendo o nosso Estado. Deputado Sávio Souza Cruz, essas pessoas que estão esquecendo o nosso Estado esquecem-se de seus filhos, de seus netos, porque eles vão pagar a conta. Ao pegar um empréstimo como mais esse que estamos aprovando, é bom lembrar que começará a vencer em três anos, o governo está jogando tudo para o próximo mandato. Acho que isso é uma grande irresponsabilidade.

O Tribunal de Contas aceitou a confissão do governo de Minas de que não aplica o mínimo constitucional na educação e muito menos na saúde, daí o caos da saúde. O governo enrolou o Tribunal de Contas e a Assembleia Legislativa porque mandava as prestações de contas e sempre detectamos que o mínimo constitucional não era aplicado. Agora, o Tribunal de Contas faz um TAG com o governo do Estado, como mencionado pelo Deputado Rogério Correia, no qual, entendi, o governo confessou que realmente não aplica o mínimo constitucional. Se fosse um Prefeito, estaria impedido de se candidatar, estaria com um processo de improbidade administrativa e mais um monte de processos. Entretanto, em relação ao governo de Minas, o Ministério Público não age, o Tribunal de Justiça não julga e o Tribunal de Contas não está nem aí. Deputado João Leite, agora, pelo menos, o governo confessou que não investe o mínimo constitucional. Eu entendi muito bem o TAG. Foi a forma que arranjaram de confessar o descumprimento e dizer que resolveriam o problema daqui a um, dois anos, o que, como gestor público, também devemos compreender.

Tenho 30 minutos e na discussão desse projeto, Deputado Rogério Correia, fomos impedidos de debater. Não houve oportunidade. Gostaria de contar um pouco sobre a história da dívida de Minas, os R\$70.000.000.000,00 e o déficit zero do governo. Em 1998, por imposição do FMI, que já começava o processo neoliberal do Fernando Henrique Cardoso, houve uma imposição a Minas Gerais, numa dívida perante a qual, mais uma vez, Minas calou, omitiu-se, ficou acanhada, não tendo coragem de enfrentar os então mandatários do governo federal. O Eduardo Azeredo fraquejou. Quem o auxiliava também fraquejou. Não tiveram a coragem de impor nenhuma regra, nenhuma norma para que a dívida de Minas fosse mais bem negociada. Entendo que, naquele momento, foi um bom processo do Banco Central e do governo federal, que pensavam um pouco à frente, mas eles não fizeram conta de que ali estava o sacrifício do povo de Minas Gerais. Fizeram uma negociação mal elaborada, mal pensada, apenas para aquele momento e se esqueceram de que o tempo também trabalha contra nós. Tivemos um processo de negociação de dívida, em que fizemos um contrato de 30 anos sem cláusula de modificação, sem cláusula de revisão, sem nada. Foi apenas para atender os caprichosos interesses do PSDB, na época do Fernando Henrique, e não aos interesses do Estado nem da União. Ali, atendia-se a interesses do setor financeiro do nosso país e internacional. Na época, o maior setor bancário e financeiro ficava em Minas Gerais. Grandes bancos tinham sede em Minas Gerais, mas todos foram embora. Perdemos todo o sistema financeiro e bancário sitiado em nosso Estado; perdemos essa capacidade; perdemos o setor da construção pesada, todos foram para o Rio de Janeiro ou para São Paulo. Parece que Minas está andando em marcha à ré, parece que não tem mais ninguém para lutar por ela. Parece que estamos acomodados e não temos coragem de enfrentar os problemas de Minas Gerais, e precisamos enfrentá-los. Precisamos ter a coragem de levantar essa história.

Quando negociamos a dívida, em 1998, este Deputado estava na Assembleia. Lutei muito para que alguns imóveis dados como parte do pagamento da dívida não entrassem na negociação, como a Ceasa. Cedemos a Ceasa praticamente de graça para o governo federal. O valor da avaliação era mínimo, e aceitamos. Foi feito relatório. Entregamos vários imóveis. Lembro-me de que havia um imóvel em Pará de Minas, minha cidade, que retirei da doação que fizemos ao governo federal, porque ele não tinha influência, valor nenhum na negociação. Mas tinha valor para a cidade e para o Estado, tanto é que hoje lá foi construída a Penitenciária Pio Canedo.

Em 2000, o Itamar Franco assumiu o governo. O Governador Eduardo Azeredo não pagou um tostão da renegociação, que começou a vencer depois, com o Itamar, que bloqueou os pagamentos e declarou moratória. Todos o chamaram de louco, de maluco, mas ali estava um estadista, um homem que se preocupava com Minas Gerais, aquele que fez a previsão do que estamos passando hoje e que o Governador Anastasia insiste em esconder, dizendo que não há problema. Parece-se com um cidadão da nossa cidade, da nossa região que está quebrando, passando dificuldades, mas não demonstra. Em momento algum, ele demonstra que está em dificuldades; ao contrário, demonstra que está muito bem; compra carro novo, avião, mas está quebrado, devendo a Deus e ao mundo. Infelizmente isso também está ocorrendo com o nosso Estado.

Na luta pela renegociação da dívida, o Itamar fez previsão dessas dificuldades por que passamos hoje, desse movimento levantado pela Assembleia para forçar o governo federal a abrir negociação. Eles não estão nem aí para os Estados. Infelizmente, no Congresso e no Senado, não há lideranças que possam tratar do assunto como sendo de Estado. Não há liderança em partido nenhum, nem no nosso, o PMDB. Não temos um político que pode chegar e falar grosso, dizer que precisam ser resolvidos os interesses de Minas.

O Itamar lutou quando o Presidente Fernando Henrique quis vender Furnas, que chegou a ser vendida. Furnas foi esvaziada, tiraram a sua água para perder valorização. O povo de Minas precisa se lembrar disso, o povo do Sul de Minas precisa se lembrar disso. Chamaram o Governador Itamar Franco de louco. Ele colocou a Polícia Militar em Furnas para impedir que o Presidente Fernando Henrique desse esse patrimônio do povo brasileiro, esse patrimônio de Minas Gerais. Ou será que nos esquecemos disso? É uma história recente, de menos de 12 anos, que tem de ser lembrada. Temos de contá-la. Quem não se lembra de que o Governador, para chamar a atenção do Brasil e do mundo, colocou a Polícia Militar no Palácio da Liberdade? Quem não se lembra disso? Ele colocou todo o sistema de segurança do governo de Minas no Palácio da Liberdade, porque foi ameaçado pelo Presidente Fernando Henrique por ter levantado essa negociação da dívida. Quem não se lembra disso? Essa história é recente, e está passando despercebida. Ali se começou a mordada, a censura. Lembro-me de quando o Governador Itamar Franco levantou essa questão. Ele tinha o apoio dos Governadores do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Imediatamente o Governador do Rio de Janeiro recebeu benesse do governo federal de R\$3.000.000.000,00, como adiantamento de “royalties”. E ali parou a discussão da dívida desse Estado. Disseram ser um problema momentâneo: “Vou resolver. Isso não é problema meu. Daqui a três anos estou fora. Fica para o próximo”.

Enfim, faltam estadistas, dá saudade do Governador Itamar Franco, com todos os problemas que sempre teve com a classe política. Talvez, Itamar Franco tenha sido o último estadista brasileiro, talvez tenha sido o único que tenha se preocupado com os interesses do nosso Estado, até porque ele era diferente. Ele não se preocupava com o nosso Partido. Ele era do PMDB, mas não estava nem aí para o PMDB. Fizemos várias CPIs no seu governo, o que não acontece hoje, quando não se discute nada. Quando se convocava um Secretário de Estado, ele era obrigado a vir a esta Casa. Lembro-me de um Secretário de Fazenda que, quando estávamos discutindo o PIB de Minas Gerais, veio aqui quatro vezes num dia. Hoje nenhum Secretário de Estado vem à Assembleia. Desafio qualquer comissão a dizer qual Secretário recebeu. Às vezes, precisam ser intimados a vir aqui. Não vêm aqui nem o terceiro ou quarto escalão, tamanho é o descaso que esse governo tem com a Assembleia Legislativa, tamanho é o domínio que ele tem sobre esta Casa. Ontem, tivemos um episódio nesta Casa que mostra isso. Um assessor tentava segurar a reunião de Plenário, para que não fosse transmitida uma reunião no teatro. Parece que os assessores estão trabalhando para o governo, não para a Assembleia. Parece que eles estão trabalhando para o Executivo. Ele mandou o Presidente cortar minha palavra. Haviam dado a palavra a uma Deputada fora do Regimento, não havia quórum. Quando fui fazer o questionamento, ele pediu que se cortasse a minha palavra. Isso me deixa com uma tristeza enorme, porque o Parlamento é importante demais na sustentação da democracia. O Parlamento é importante para que possamos dar sustentação ao governo, mas não podemos ser omissos nem submissos. Isso vai custar caro, já está custando caro. Uma dívida de R\$70.000.000.000,00 é impagável. Se não lutarmos, indiferentemente às siglas partidárias, Minas Gerais chegará à beira da falência. A Secretária disse que está tudo bem, mas não é verdade. Quem conhece as finanças do Estado, quem as acompanhou sabe que não está tudo bem. O governo não explica o pedido. Estamos falando aqui de empréstimos, da dívida com a União, mas não falam da dívida com a Cemig. Evitam tocar nesse assunto, nessa dívida de R\$5.500.000.000,00. Nosso Estado deve à Cemig esse valor.

Pagamos à Cemig R\$100.000.000,00 de juros por mês. Estamos fazendo a defesa do nosso Estado, não do governo. Nem eu que estou aqui há 20 anos sabia disso, apesar de ser geralmente atento. O governo escondeu isso no orçamento. Ele não se manifestou sobre essa dívida. Alguns Deputados já me disseram que tinham conhecimento dela. Eu não tinha conhecimento disso. Fiquei sabendo agora, mas não se fala no assunto. Mandaram para cá um projeto que solicita dinheiro emprestado para modificar o perfil da dívida. Pagamos à Cemig 12% de juros ao ano e mais o IGP-DI. Ninguém fala nada. Como vamos pagar essa dívida do Estado para com a Cemig, se ela é maior que o patrimônio dessa empresa. A Cemig vem de um negócio meio de doido. Depois que o Hélio Garcia fez aquela captação dos eurobônus, que é uma história que ninguém conhece ou lembra, venderam 33% das ações da Cemig. Elas ficaram como garantia de empréstimos na época do eurobônus. Isso foi feito na época de Hélio Garcia. Esse empréstimo não seria pago, porque já estava negociado com o Banco Oportunity, do famoso Daniel Dantas. A AES-Southern ficaria com essa dívida, com os 33% da Cemig. Compraram a Cemig por US\$33.000.000,00 e ninguém sabe e fala disso. A Assembleia fez uma CPI e foram apurados as falcaturas e tudo que aconteceu. Só que, infelizmente, ela morreu na prateleira. Aqueles que fizeram as falcaturas, as negociatas não foram condenados a nada. Não tiveram de devolver dinheiro nem ficaram impedidos de fazer algum contrato, empréstimo ou tiveram de trabalhar no serviço público, nada disso. Tudo está registrado nos anais da Assembleia, podem mandar levantar. Os anais, às vezes, têm servido para que as pessoas possam conhecer essa história recente de Minas Gerais, o que aconteceu com a Cemig. De lá para cá, a Cemig não foi a mesma. Ela agora trabalha para um grupo pequeno, que só visa o lucro, só quer dinheiro, e o povo que se dane. Os investimentos da Cemig são os piores. Lá em Bandeira do Sul, houve 16 mortes, não sei quantas. O que foi aquilo? É a ganância da Cemig, que não podia fazer nem a manutenção da rede, Deputado Sávio Souza Cruz, porque iria gastar R\$300.000,00 ou R\$400.000,00, que é muito, mas 16 mortos não é muito. Isso precisa ser discutido. Temos de ter coragem de começar a discutir o nosso Estado. Estamos aqui discutindo apenas questão de governo. Ainda há companheiros nossos que ficam preocupados com a Dilma, o PSDB fica preocupado com a Dilma. Temos de nos preocupar é com Minas Gerais, com o nosso Estado de Minas Gerais, porque, infelizmente, nosso Estado de Minas Gerais vai de mal a pior. Nos últimos oito anos, não houve nenhum grande investimento em Minas Gerais. Houve expansão de algumas atividades, mas não houve investimento novo. Perdemos várias empresas para fora, porque ficamos no comodismo, que é coisa de mineiro. Dizem que Minas não pode fazer isso, porque a lei proíbe. Enquanto isso, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e, em especial, Goiás engoliram Minas Gerais nos investimentos. Até o Espírito Santo engoliu Minas Gerais. Precisamos de estudar e conhecer um pouco mais essa história.

Logo depois, Deputado Rogério Correia, mudou o governo. Saiu Itamar Franco e entrou Aécio Neves. Até sou culpado pelo choque de “gestação” dele, porque tive participação lá atrás nessa parição que está aí, nessa quantidade de coisas ruins que estão sendo paridas agora, porque era Presidente desta Casa, e votamos algumas mudanças administrativas, inclusive concedendo lei delegada, o que foi um erro nosso. E eu me penitencio quanto a isso pois ajudei, por solicitação do Governador Itamar Franco e do governador eleito na época, Aécio Neves, na aprovação da lei no governo Itamar, e hoje ele pôde fazer aquelas mudanças. Acho até que havia alguma lógica também, porque era necessário tomar algumas providências. Entendo que o Parlamento não se preocupa com o Estado, mas com o momento político do grupo dele, e as coisas não fluem. Seis meses depois, vem o governo, com todas as dificuldades, e precisava ter um “marketing” importante e duro, contrataram empresas que fizeram um monte de bobagens, e estou acabando de relacionar. Nesta semana, farei o relacionamento de tudo que levantei na época, dos equívocos que estavam cometendo, e, felizmente, eles recuaram. Aí veio o governo, que contratou empresa de “marketing” que resolveu vender o déficit zero.

Quando chegava o final do ano, Itamar Franco colocava no Orçamento, com toda a clareza, o que deixou de pagar da dívida, porque comprometemos 13% da nossa receita, mas não pagamos a rolagem da dívida. Pagamos apenas 65% da rolagem. Pagamos R\$400.000.000,00 por mês e ainda ficamos devendo mais ou menos R\$145.000.000,00, que serão incorporados ao capital. A coisa é muito séria. Por isso, a dívida ficou desse tamanho. O Itamar Franco deixava claro que deixou de pagar R\$2.400.000.000,00, que é o déficit de Minas. Sabe qual era esse déficit? Não era o déficit que eles falam que estão com as contas em dia. Era aquilo que ele deixou de pagar dos juros da dívida, da rolagem da dívida, e ele colocava como déficit. Aí o governo mudou o contador e isso deixou de ser déficit. Ele não paga, mas não é déficit. Aí, a dívida foi para R\$70.000.000.000,00, mas não há déficit nenhum, há déficit zero. Cortaram um monte de coisas, mas o déficit foi zero. O déficit zero é defendido por eles, dizendo que só contratam aquilo que dão conta de pagar. Sendo assim, teriam de pagar a dívida toda, a rolagem da dívida. Apesar do comprometimento, ele tem um limite de 13% da arrecadação.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Já falei bastante sobre esse assunto, mas há dois dados e penso ser importante levá-los ao conhecimento do povo mineiro.

Em relação à educação, expus os dados do TAG, no qual está comprovado que o governo de Minas não cumpre o mínimo constitucional. Refiro-me aos dados do Tribunal de Contas. Em 2001, o Governador Itamar Franco aplicava 34,61% na educação. Esse é o cálculo feito pelo Tribunal, incluindo-se os aposentados. Caso sejam retirados os aposentados, esse índice será de cerca de 29% ou 28%. Em 2002, 31,85%. Feito o cálculo, tem-se que, no Governo Itamar Franco, 2001 e 2002 - dados do Tribunal de Contas -, o governo de Minas pagava mais que os 25%, Deputado Sávio Souza Cruz, constitucionais da educação. Em 2003, com a entrada do Governador Aécio Neves, esse percentual baixou, incluindo-se os dados relativos aos aposentados, para 26,22%. Portanto, a partir de 2003, não se pagou mais os 25% da educação. Esse é um dado importante. O Itamar, com todas as dificuldades, cumpria o mínimo constitucional como qualquer governo é obrigado a fazer na educação e, posteriormente, na saúde. Quanto à saúde pública, Itamar só ficou um ano durante a vigência da Emenda nº 29.

Gostaria de apresentar a outra questão a pedido do Deputado Adelmo, que se encontra numa audiência pública desta Assembleia em Uberaba, na parte da manhã, e me pediu que justificasse sua ausência neste Plenário. Ele fez um levantamento, como Presidente da Comissão da Dívida, com as seguintes anotações: o governo de Minas não tem recursos suficientes para pagar o serviço da dívida que cresce todo ano. Mas o limite - V. Exa. lembrou - é 13% do orçamento. Isso eles não falam. Parece que cada vez mais está aumentando, mas são sempre 13%. E não se justifica não aplicar o índice devido na educação e na saúde por causa dessa dívida.

Porém, a dívida vai se tornando impagável - dívida renegociada por Azeredo etc. A dívida contraída com a Cemig é maior que todo o patrimônio que o Estado tem com a própria companhia. Imaginem...

Os juros cobrados pela Cemig são de 8,18%, portanto maiores que os aplicados na dívida com a União, que são de 7,5%, chamados de agiotagem. Portanto, agiotagem aqui, pode; e agiotagem, repito, feita entre FHC e Azeredo. O contrato da dívida com a Cemig tem multa de 1% ao mês sobre parcelas não pagas, o que produz maior elevação de seu custo. O Adelmo termina dizendo que o contrato da Cemig permite ou está levando ao que chamam de “privatização branca”, que é esse contrato feito com a Andrade Gutierrez, o qual já denunciámos e sobre o qual debatemos, mas o governo finge que ele não existe. Foi feito um contrato com a Andrade Gutierrez de forma que ela manda na Cemig. Aquilo que o Itamar Franco conseguiu ganhar na Justiça infelizmente retrocedeu com o Aécio e o Anastasia, que voltaram com todo o processo, no qual o sócio minoritário passou novamente a mandar na Cemig. É um fato lamentável essa questão da dívida.

O Deputado Antônio Júlio - Quanto à questão da dívida, Deputado Rogério Correia, essa entrada como sócio estratégico do governo foi negociada, e eu contei a história que começou lá atrás, com Hélio Garcia. A AES/Southern não pagou e ainda tomou dinheiro do BNDES. Não pagou ao BNDES e ainda queria receber os dividendos. Aí fizeram uma negociata com a Andrade Gutierrez, que passou a ser sócia da Cemig por R\$26.000.000,00. Por essa quantia qualquer um de nós poderia ter entrado como sócio. Com esse dinheiro comprava-se a Cemig - 33%. Logicamente que ela assumiu a dívida com o BNDES. E depois das denúncias que fizemos, ainda obtiveram benesses com a anistia de parte dos juros e dos contratos. Mas essa é uma discussão que faremos “a posteriori”, porque essa questão da dívida com a Cemig não pode passar despercebida. Se a Assembleia tivesse essa capacidade de fazer outra CPI sobre a Cemig, seria muito merecido. Se não for por via da CPI, não conseguiremos avançar para descobrir que dívida é essa, para descobrir de que maneira ela nasceu e como estamos devendo à Cemig mais do que ela vale. É um negócio meio sem explicação.

Estávamos falando sobre a dívida de Minas com a União, que é 70%. Pagamos 400 milhões de juros por mês. Isso é o que nós conseguimos pagar. Nós não amortizamos a dívida. Ela só aumenta, porque deixamos de pagar mais ou menos 140 milhões, que é o resíduo desses 400 milhões, que vão se incorporando ao capital da dívida. É por isso que Minas Gerais não investe o mínimo constitucional na saúde e na educação. É por isso que o Tribunal de Contas, mesmo com todos os problemas e “fazendo de conta”, já estava ficando incomodado, nesses últimos sete anos, porque, em todos os relatórios, havia a informação de que o governo não estava cumprindo a norma constitucional de aplicação do mínimo na saúde e na educação. O Tribunal achou uma saída, por causa da Emenda nº 29, já que o governo maquiava os orçamentos. Com a votação da Emenda nº 29, que regulamentou o que é investimento na saúde, fez-se o TAG. Isso, às vezes, é incompreensível para quem não está acompanhando. É igual ao TAC que o Ministério Público gosta tanto de fazer.

Acontece o seguinte: a pessoa fez um monte de coisas erradas, é chamada lá, assina, e, a partir daquele dia, há a proposta de não fazer mais aquela coisa errada, consertar dali para a frente. É o que foi feito com o Estado de Minas Gerais. Sabem por que teve de fazer? Porque Minas está quebrada. Não adianta o pessoal falar que não está, que é conversa da Oposição. Estamos cantando essa bola há mais de sete anos. Qual é a explicação que dão para uma dívida de 70 bilhões com déficit zero? Quem dá conta de explicar essa matemática? Quem dá conta de explicar por que o governo não investe o mínimo constitucional nem na saúde nem na educação? Venham nos questionar, venham mostrar o que realmente investem para ver se estamos falando mentira.

É por isso que você, que mora no interior e que está nos ouvindo, sabe que a saúde está ruim, ou seja, porque o governo do Estado não investe nesse setor. Você, professora, que ficou em luta nessa greve de 112 dias, sendo totalmente menosprezada pelo governo, sabe por que não recebe um salário digno? Porque é preciso pagar 400 milhões de juros por mês, sem contar o da Cemig, que é 1 bilhão por ano - dá mais ou menos 100 milhões de juros por mês.

E agora, o pior. O Estado já está endividado, apertado, quebrado. Eles insistem que não está. É como eu disse, você conhece um empresário, por exemplo, e pensa: aquele camarada está apertado. Aí pergunta para ele, que responde: “Eu, apertado? Estou numa boa”. Carrão na porta, moto de última geração, andando de avião para baixo e para cima. Está pegando dinheiro emprestado com todo mundo, vai levando hoje, leva amanhã, depois de amanhã e, em determinado momento, pronto, explode. E diz que quebrou, que não dá conta de pagar. É isso que vai acontecer com o nosso Estado. Esses 400 milhões não estão incomodando a base do governo, mas, sim, a nós, que somos mineiros e que queremos um Estado forte. Nós estamos incomodados. A base do governo não está nem aí, deve estar pensando: “vou embora daqui a quatro ou oito anos, o problema é deles”. Não, o problema é nosso, da geração que está chegando, nossos filhos, nossos netos. Temos de nos preocupar com isso, sim. Até entendo que a União terá de resolver o problema. Querendo ou não, pior que a Cemig, que cobra 8,75, é a União, que faz essa agiotagem com os Estados, em especial com nossa Minas Gerais. É uma agiotagem inadmissível.

É um bom momento para levantarmos essa questão, porque a Dilma está brigando para baixar os juros, para fazer essa mudança. Até nem acredito que vá dar resultado, mas, pelo menos, está falando, está fazendo uma movimentação. E nós estamos aprovando mais um empréstimo. Já fui um homem do Executivo e entendo que o governo precisa de dinheiro para investir. E ele não tem dinheiro para fazer nada. Vai ter de arrumar dinheiro emprestado para pagar daqui a três anos, esse é o prazo de carência. Votamos dois ontem e mais um agora, de US\$300.000.000,00. Com o dólar disparado, isso vale hoje R\$600.000.000,00, mais ou menos. O governo terá que pegar dinheiro emprestado, se endividando ainda mais. Como ele fará esse pagamento daqui a três anos? Como fará esse pagamento, se não está dando conta de pagar a dívida já consolidada, que tem hoje?

Essa não pode ser uma discussão de governo. Se fizermos um levantamento com os 77 Deputados, quero saber se 65 sabem o que estamos votando, sabem qual é o valor da dívida, sabem qual é o perfil da dívida, sabem quanto de juros vamos pagar. Disseram que é 3,75%, mas que há correção. Não há correção, é 3,75%, podendo chegar a 0,5% ao ano. Então, seriam 4,25%, e pagamos à União 7,5% mais o IGP-DI. Essa é a discussão que precisava ser feita, até para dar força ao governo do Estado e mostrar para ele que precisamos ter responsabilidade, porque isso não pode ser tratado como uma questão de governo. Governo passa. Ou eles estão achando que vão ficar lá o resto da vida? Se ficarem, aí é que estarão atolados, porque terão que negociar e resolver o problema da dívida que eles próprios fizeram. Será que eles estão achando que vão dar calote? Dívidas e contratos foram feitos para serem



cumpridos. Pode-se até discutir números, como está sendo feito agora, fazer-se uma revisão, mas terão que ser pagos. Parece que esse pessoal está se esquecendo de que o Estado é permanente e que o governo é passageiro.

Entendo que o governo precisa desse empréstimo para fazer estradas, mas não acredito, porque há 10 anos eles falam isso. Mas tomara que façam e que esse dinheiro venha. Porém é mais uma dívida impagável. Não sei como será daqui a três anos; não sei como ficará essa geração que tínhamos a responsabilidade de defender. Não temos que defender o governo, mas defender o nosso Estado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Deputados que compõem a Mesa dos trabalhos nesta manhã, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ontem à noite tivemos a oportunidade de assistir, neste Plenário, à votação de dois projetos de lei que autorizam o Estado a contrair novos empréstimos: o nº 3.060, que autoriza o Estado a contrair cerca de R\$2.500.000.000,00 em novos empréstimos, e o nº 3.061, que autoriza o Estado a contrair mais R\$150.000.000,00. Em comum neles dois, além de ampliarem o grave e dramático endividamento do Estado de Minas Gerais, há uma cláusula curiosa que impõe uma carência de pagamento desses novos empréstimos até o final deste governo.

Isso mesmo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados; isso mesmo, povo de Minas: o governo que vem, dramaticamente, endividando os mineiros, propõe que se gaste esse dinheiro que está sendo tomado em empréstimo, mas que não se pague. Deixa aos futuros governantes a árdua tarefa de pagar a farra do boi. Agora, a farra; agora o “marketing”; agora a festa; mas não o pagamento dessa festa, o custo dessa irresponsabilidade administrativa, que culmina numa série de tantas outras e chega, agora, ao montante de quase R\$14.000.000.000,00 de novos empréstimos tomados pelo Estado de Minas Gerais, a partir de 2003, no governo de Minas, desde o primeiro mandato do atual Senador Aécio Neves. Essa é a situação, sempre em comum a mesma cláusula de carência. Pagamento? Isso não é com eles. Gastar é; gastar, fazer farra, investir em publicidade, construir um mito, vender para Minas Gerais uma Minas irreal, fantasiosa, paradisíaca, uma espécie de oásis onde problemas não existem; nisso eles são especialistas. Fazer uma engenharia financeira, equacionar os gastos, favorecer o pagamento real dos empréstimos que querem contrair, com isso não se preocupam. Agem como se previssem que, ao término desse mandato, já não quisessem mais assumir o governo, e Minas que se dane, e os mineiros que se danem todos. Durante esse período de farra, vai se tocando a farsa à custa de novos empréstimos, vai se construindo um mito, sempre com dinheiro emprestado de todos os órgãos de financiamento nacionais e internacionais, a ponto de, agora, já estarmos aprovando autorizações de empréstimos que já foram autorizados. Já foram autorizados, mas os órgãos, de onde queriam buscar os financiamentos - acho - analisaram melhor as contas de Minas e falaram: “Opa, esse pessoal não tem capacidade de pagamento. Há uma irresponsabilidade grassando solta em Minas Gerais”. E eles, sem nenhuma preocupação, esquecem-se do projeto que já foi aprovado, da lei que já foi aprovada e mandam outro projeto: já que um banco não financiou, manda-se outro projeto para uma entidade alpina ou andina - sei lá de onde é -, do BNDES, do BID, do BIRD. Até cheguei a ironizar e dizer que deveríamos votar uma autorização genérica que possibilitasse ao governo contrair empréstimos onde quisesse, de quanto quisesse e, na ausência de novos mecanismos de financiamento, que pudesse recorrer aos agiotas de plantão.

É essa a situação de Minas. Minas Gerais - insisto - é o mais endividado Estado da Federação; tem a pior relação dívida-PIB, a mais dramática. Mas poucos mineiros sabem disso, a poucos mineiros é dado o direito de saberem isso. Assim, peço a compreensão daqueles Deputados que ficam ansiosos em fazer o seu dever de casa, em votar “sim” aos projetos do governo, porque esse é o dever de casa médio do Deputado de Minas Gerais, e querem ir embora logo. Quando temos uma mínima chance, seja pela TV Assembleia, seja por quem nos acompanha nas galerias ou mesmo pelos alto-falantes do serviço de som da Assembleia, não podemos perdê-la e tentar levar a uma parcela pequena que seja dos mineiros o mínimo de informação da fraude, da farsa, da mistificação em que se constituiu a gestão pública em Minas Gerais. Isso foi inaugurado.

Quero remontar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a 1998. Em 1998, eleito o Governador Itamar Franco, eu, de alguma forma, participei da equipe de transição. Havia uma enorme dificuldade de acesso aos números, tudo era bloqueado, o que já nos fazia antever que, em cada gaveta, haveria um fantasma. Quando assumi a Secretaria de Administração do Estado de Minas Gerais, todos os computadores estavam apagados, tudo apagado. O décimo-terceiro de 1998 não foi pago, fornecedores estavam sem receber. Inventaram uma coisa nova na administração pública chamada verba retida. O que é verba retida? É o reconhecimento de um crédito que o servidor tinha. Por exemplo, o servidor conquistou um quinquênio, mas o Estado levou cinco meses para pagar-lhe. Então ele tinha direito ao retroativo. Isso chegava a X reais. Isso era jogado numa rubrica chamada verba retida, o que equivalia mais ou menos a dizer o seguinte ao servidor: “Devo, não nego, pagarei quando puder”. Essa rubrica de verba retida já montava acima dos R\$300.000.000,00. A situação era essa.

Essa dívida, que hoje é objeto de tanta ação, inclusive por parte da Assembleia Legislativa, que se reúne no interior e nas outras capitais para dizer que a União está quebrando os Estados, foi negociada em 1997 pelo Governador Azeredo e pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. E, curiosamente, na mesma lógica desses empréstimos, eles a renegociavam em 1997 para começar a pagar, Deputado Dilzon Melo, em janeiro de 1999, no primeiro mês do governo subsequente. Ou seja, essa lógica dos tucanos é antiga: “vamos contrair os empréstimos, endividar-nos, tocar a farra, fazer a festa, e deixamos o pagamento para o futuro. Alguém vai se virar para resolvê-lo”. E programaram o início do pagamento justamente para janeiro de 1999. Na época do governo Itamar, na equipe de transição de que participei em certa extensão, percebemos claramente que não havia recursos em caixa para fazer frente aos pagamentos que venciam ainda nos primeiros 10 dias do governo. Os fornecedores estavam sem receber, o 13º não estava pago, a verba retida e a alimentação dos presídios não eram pagas há 7 meses. Esse era o quadro. Para piorar, o início dos pagamentos da dívida com a União, renegociada por Azeredo e por Fernando Henrique Cardoso, seria em janeiro de 1999. E não havia dinheiro em caixa. Portanto, foi necessário que o Governador Itamar anunciasse aos mineiros a impossibilidade material de fazer frente aos pagamentos por absoluta inexistência de recursos.

Aí veio a reação dos tucanos. O então Ministro Pimenta da Veiga chamou a Globo, o Jornal Nacional, e anunciou que Minas Gerais estava em moratória. É isso mesmo: o Jornal Nacional é que decretou a moratória de Minas. Se buscarmos o pronunciamento do Governador Itamar Franco sobre a situação econômica de Minas Gerais no jornal “Minas Gerais” do dia 2/1/99, veremos que a

palavra “moratória” não constou do seu pronunciamento. Ele apenas afirmou que não havia recursos para fazer frente aos compromissos assumidos pelo seu antecessor, que fez um compromisso, mas não deixou o recurso para honrá-lo. Ele fez a dívida, mas não programou o pagamento. Ele deixou de pagar o 13º salário e não cuidou dos recursos. Inventou a verba retida, mas não deixou o dinheiro. A situação era essa. A moratória foi decretada pela Globo, no Jornal Nacional.

Mas isso não foi ruim, ao contrário do que pensou o senso comum, porque, até que o governo federal conseguisse bloquear os recursos de Minas Gerais, passaram-se três meses, nos quais Minas foi capaz de fazer um colchão financeiro que deu capacidade de respirar às finanças de Minas, que foram programadas para se esgotar em janeiro de 1999, pelo governo Azeredo.

O Governador Itamar Franco estava diante de uma dívida de R\$14.000.000.000,00, mas víamos que o limite de 13% da receita era menor do que o serviço da dívida. Ou seja, desde o primeiro mês dessa dívida, o que Minas pagava não amortizava sua dívida. Desde o primeiro mês, essa dívida cresceu mensalmente. Não era difícil prever que isso viraria uma bola de neve, que se converteria numa dívida impagável e num fator de estrangulamento das finanças de Minas Gerais. O Governador Itamar Franco começa a liderar um movimento dos Governadores de oposição. Marca uma reunião em Porto Alegre a ser “anfitriã” pelo Governador Olívio Dutra, mas liderada pelo Governador Itamar Franco. Aquele movimento dos Governadores começou a tomar força quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso comprou uma traição, uma cisão do movimento, justamente com o Governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, antecipando-lhe R\$2.000.000.000,00 em “royalties” de petróleo para viabilizar seu governo. Com isso, o movimento dos Governadores começou a ruir.

E aqui nesta Casa, Deputado Antônio Júlio - V. Exa. deve se lembrar muito bem -, os tucanos que hoje vociferam contra a União xingavam Itamar Franco, falavam que o Governador era louco, que era uma negociação de pai para filho, que era o melhor negócio para Minas Gerais a dívida ser pactuada com o governo federal com IGP-DI mais 7,5% ao ano. Disseram que o Governador era um louco, um irresponsável, um doidivanas. Esses foram os adjetivos ditos nesses microfones, que testemunharam essa parte da história de Minas. Ai, aquilo que não era difícil prever aconteceu: mês após mês, ano após ano, Minas pagava, e a dívida crescia. E os R\$14.000.000.000,00 iniciais hoje já são R\$62.000.000.000,00. Já pagamos quase R\$30.000.000.000,00 dos R\$14.000.000.000,00 que devíamos e devemos R\$62.000.000.000,00. Mas isso poderia ter sido estancado lá no nascedouro, se tivesse havido uma solidariedade mínima, uma compreensão básica das forças que hoje se movem contra essa dívida em relação ao movimento que o Governador Itamar Franco queria fazer. Mas isso não aconteceu. Esperaram 10, 12, quase 15 anos, uma década e meia, para reconhecer o que já falávamos em janeiro de 1999: a dívida era impagável, Minas iria quebrar. Permitiram, porém, que isso ocorresse, que a dívida fosse crescendo, que Minas pagasse quase R\$30.000.000.000,00, que a dívida de R\$14.000.000.000,00 chegasse a R\$62.000.000.000,00. Mas eles não tinham, Deputado Antônio Júlio - e não têm, na minha visão continuam não tendo e têm cada vez menos -, autoridade para questionar essa dívida, a autoridade que tinha o Governador Itamar Franco, já que, durante todo o seu governo, Minas não contraiu um centavo de novos empréstimos.

Isso, entretanto, não foi o que aconteceu de Aécio para cá: a cada dia, um novo projeto de lei, um novo empréstimo, um novo endividamento. Com os de hoje, estamos completando, como já disse, quase R\$14.000.000.000,00 de novos empréstimos, ou seja, estamos completando de endividamento novo, de 2003 para cá, do primeiro governo Aécio para cá, a mesma dívida que foi renegociada em 1997 pelo Governador Azeredo e que havia sido contraída em todo o século e meio da história de Minas Gerais, ou seja, toda a dívida da história do Estado é a mesma que o Estado fez de Aécio para cá, de 2003 para cá. E há a mesma lógica: a carência do pagamento até o fim do governo, pois a farra, o gasto, os foguetes, as inaugurações, as licitações dirigidas, os superfaturamentos, isso eles fazem; mas a tarefa dura, demorada, árdua de pagar, essa não é com eles, pois não estão preocupados com Minas Gerais, estão preocupados apenas com a campanha de Aécio Neves.

Só há um projeto em curso em Minas Gerais, só há um projeto patrocinado pelo governo do Estado, e ele não é um projeto para os mineiros, não é para a saúde, que está abandonada. Na saúde, não se cumpre o mínimo previsto pela Constituição, pois tem que sobrar dinheiro para a campanha, para a publicidade, para adoçar a nossa imprensa, a fim de que fale bem do nosso candidato.

Não podemos questionar o que acontece com o nosso candidato. E na educação, em que o Estado de Minas Gerais, no governo Itamar Franco, investia mais de 30%, excluídos os aposentados? Vamos cortar também. Gastar com professor para dar aula para criança pobre não tem lógica; nesse governo não tem. O que tem lógica é sobrar dinheiro para a campanha. Não tem dinheiro para gastar em sala de aula, mas, para gastar com a Débora Falabella e a Fernanda Montenegro falando tudo aquilo que só existe na televisão, tem dinheiro. Foram R\$1.500.000.000,00 para a “Brasilinha” do Aécio, para a Cidade Administrativa, hoje convertida em comitê dele, para fazer uma apoteótica saída do governo de Minas se lançando candidato, prematura e permanentemente, à Presidência da República. Para isso tem dinheiro. Foram R\$2.000.000.000,00 gastos em publicidade, para docilizar a imprensa, para comprar não o silêncio dos jornais, das televisões e das rádios, como faziam os canhões da ditadura, mas para comprar adesão ao projeto de mentira, para comprar adesão ao projeto da construção do mito, da ideia de vender para o País uma notícia falsa de que passou por aqui um ser mítico, um ser perfeito, que não erra nunca, um Governador irretocável, que fez com que Minas avançasse em todos os sentidos. É essa a lógica do derrame de dinheiro público na imprensa, na construção dessa máquina de “marketing” em que Aécio Neves converteu Minas Gerais.

Os números reais são outros, bem diferentes. Minas Gerais está empobrecida; Minas Gerais, o Estado mais endividado do Brasil, com a saúde em frangalhos; com a educação promovendo a mais longa greve da história; com um clima de permanente confronto com os servidores da educação; com os professores impedidos de ter acesso à merenda escolar; com os professores obrigados a trabalhar em salas multisseriadas, onde alunos de diferentes idades e de diferentes formações têm que estar juntos, porque o choque de gestão impôs que não pode haver carteiras vagas, que tem que haver menos professor para gastar menos e sobrar mais dinheiro para a campanha; porque aluno não importa, o que importa é a campanha de Aécio. É essa a lógica de Minas Gerais. E, para completar essa irresponsabilidade, para completar esse crime que se faz contra Minas Gerais e contra as gerações futuras de mineiros, o grave, permanente e contínuo endividar de Minas Gerais.



Denuncia-se a dívida, mas se endivida mais; denuncia-se que a União precisa investir mais em saúde, através de uma grande campanha de coleta de assinaturas para exigir que se gastem os 10% em saúde, mas não se pode dizer uma palavra de Minas Gerais, desde que Aécio assumiu o governo, ano após ano, e não cumpriu o mínimo constitucional, não o que propôs, mas os 12% que exige a Constituição. Ano a ano, Minas Gerais deixou de cumprir o mínimo constitucional em saúde e em educação, porque o dinheiro para saúde e para educação não tem importância nesse processo. O dinheiro para a segurança também não tem importância nesse processo. Tem importância nesse processo dinheiro gasto com publicidade, com “marketing”, com a construção do mito, a cooptação dos meios de comunicação, a adesão à construção da campanha do Senador Aécio Neves, sempre e invariavelmente, com dinheiro público, com o erário de Minas Gerais, pelo qual não se demonstra nenhum respeito, nenhum pudor, já que, na visão deles, Deputado Antônio Júlio, Minas Gerais deixou de ser dos mineiros e está a serviço de um projeto pessoal de candidatura presidencial. Concedo aparte ao Deputado Dr. Wilson. Quero ouvi-lo, com muita alegria.

O Deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado Sávio Souza Cruz, com todo respeito que tenho em razão de seus conhecimentos, as verdades não são como têm sido ditas por V. Exa. desta tribuna, com a agravante de serem sempre direcionadas ao governo do Estado de Minas Gerais e ao Senador Aécio Neves. E isso não demonstra, como V. Exa. tem dito, uma preocupação com o povo mineiro e com as obras que devem ser feitas. V. Exa. sabe muito bem que neste ano enfrentamos os desastres da chuva e ouvimos as promessas de milhões feitas pelo governo federal.

O Ministro da Integração, que eu chamo de Ministro da “desintegração”, em 2010, era Geddel Vieira Lima, baiano. Vocês sabem para onde foram os recursos do fundo de desastres? Eles foram para a Bahia. O Ministro da “desintegração”, em 2011, era Fernando Bezerra, pernambucano, e os recursos foram para Pernambuco. Minas Gerais não é visto como um Estado por esse governo federal. Gostaria que V. Exa. me citasse sequer uma obra que está sendo feita pelo governo federal no Estado de Minas Gerais. As nossas estradas e as nossas rodovias federais estão esburacadas. Além disso, mais uma vez, o Anel Rodoviário foi retirado dos projetos, do plano do governo federal.

V. Exa. precisa ter clareza com as informações, porque é um formador de opinião e não pode estar aqui disseminando, durante dias e dias, os mesmos discursos repetitivos, e atacando pessoalmente quem fez obra no Estado de Minas Gerais. Posso levá-lo para conhecer as obras feitas pelo governo do Estado depois dos desastres naturais que acometeram o nosso Estado neste ano. Está sendo feito um novo hospital em Além Paraíba, minha região. Da mesma forma, está sendo construída uma ponte de 130m de comprimento por 18m de largura em Guidoal, um investimento de R\$18.000.000,00. São inúmeras obras. Além disso, existem os programas, o Farmácia de Minas e o Pró-Hosp.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo governo de Minas, que está pagando uma dívida injusta ao governo federal, já que essa dívida não foi contraída pelos governantes que hoje V. Exa. cita, Aécio Neves e Antonio Anastasia, o governo está lutando para honrar essa dívida, que é antiga. O empréstimo que hoje votamos aqui, a juros, mesmo que fosse utilizado para pagar essa dívida que vem cobrando juros em dobro, seria lucrativo para Minas Gerais, e V. Exa. sabe disso. Não me venha falar sobre obras que já foram feitas e que estão aí servindo à sociedade. Gostaria que V. Exa. demonstrasse as obras feitas pelo governo federal, que só fica cuidando de uma corrupção interminável no governo do PT. Só vemos no governo federal notícias de corrupção.

Digo mais. Os R\$70.000.000.000,00 para a saúde, pagos pelo governo federal, equivalem ao dinheiro que é perdido com a corrupção. Se V. Exa. pudesse eliminar essa corrupção do governo federal, teríamos o dobro para investir na saúde. Então V. Exa. deve passar a verdade de forma clara, para que as pessoas não assistam a uma disputa política dentro deste Plenário, mas a uma disputa de projetos para Minas Gerais e para os mineiros com que V. Exa. tanto se preocupa. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Doutor Wilson Batista e vou tentar responder alguns pontos. Primeiramente, o Deputado Doutor Wilson Batista estranha o fato de na minha fala estar presente a preocupação com o governo de Minas Gerais. Deputado Doutor Wilson Batista, isso é função constitucional desta Casa, de todos nós que fomos eleitos Deputados Estaduais. Está entre as nossas atribuições no texto constitucional, mas este governo talvez também esteja querendo suspender o seu cumprimento para que não possamos fiscalizar os atos do governo do Estado. V. Exa. contesta o que eu não disse, isto é, contesta atos do governo federal, os quais não elogiei. Portanto, não tenho o que comentar a respeito disso. Não tenho ainda que falar a respeito de corrupção, uma vez que esta Casa abdicou do direito de combater a corrupção quando abdicou do direito de realizar CPIs.

Esta é uma Casa que há 6 anos não faz uma CPI. Do governo Aécio Neves para cá, esta Casa, este Parlamento fez 1/6 das CPIs que havia durante o regime militar. O Senador Aécio Neves, com a desfaçatez que lhe é característica, falou que o governo federal não permite o regular funcionamento da CPI do Cachoeira, mas não deu a informação de que, nesta Casa, o seu Secretário que continuou neste governo do Anastasia, o Sr. Danilo de Castro, pessoalmente ligou para os Deputados a fim de retirarem sua assinatura, porque não se podia fazer uma CPI que, provavelmente, bateria neles - provavelmente bateria neles. Essa foi mais uma das dezenas de CPIs que podiam fazer aparecer a corrupção em Minas Gerais, como está no Minas Arena, no Mineirão, no Independência, no Fasano, no Ricardo Eletro, na Codemig, na construção da Cidade Administrativa, no “aeroAécio” e em tudo. Mas isso não pode sair na mídia, porque a preocupação não é o controle da corrupção.

Fala-se do mensalão lá, mas ninguém aqui se dedica a falar do “valerioduto” de Minas Gerais, construído e concebido por Eduardo Azeredo. Ele concebeu, projetou e construiu os primeiros túneis do “valerioduto”. Em Minas, não se pode falar. Pode-se falar do mensalão lá, mas o daqui não pode, porque é proibido, porque, em Minas Gerais, pode tudo, menos um escândalo. Esta é a Minas do silêncio, a Minas da mordação, a Minas da compra da imprensa, a Minas da construção do mito. Converteram este Estado dramaticamente em um projeto eleitoral ilegítimo do Governador Aécio Neves, que acha que os mineiros têm de custear o seu devaneio eleitoral. Por isso esse assunto é renitente nesta Casa, Deputado Wilson, porque o Estado e o governo de Minas Gerais estão a serviço de um projeto eleitoral obsessivo, a serviço de uma liderança menor com que o País hoje, infelizmente, convive no Senado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

**EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 3.062/2012****EMENDA Nº 4**

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - Fica revogada a Lei nº 19.964, de 26 de dezembro de 2011.”.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Rogério Correia

EMENDA Nº 5

Acrescente-se onde convier o seguinte artigo:

“Art. ... - A Lei nº 19.964, de 26 de dezembro de 2011, passa a vigorar com o seguinte art. 1º-A:

“Art. 1º-A - A celebração dos contratos das operações de crédito de que trata o art. 1º fica condicionada à confirmação judicial em favor da Companhia Energética de Minas Gerais dos créditos da Conta de Resultados a Compensar.”.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Rogério Correia

Justificação: A emenda pretende revogar a Lei nº 19.964, de 2011, que autoriza o Estado a contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstruções e Desenvolvimento - Bird - e ao Banco Credit Suisse, no valor total de quase R\$4,3 bilhões, com o objetivo de quitar a dívida do Estado junto à Cemig, decorrente da cessão de créditos da CRC repassados pela empresa ao Estado. O chamado “Contrato CRC” foi objeto de repetidos episódios de inadimplência por parte do governo estadual, assim como de renegociações, consubstanciadas em cinco termos aditivos ao contrato, que resultaram em significativa piora das condições de pagamento da dívida.

A quitação dessa dívida com a Cemig por meio da operação de crédito autorizada pode parecer, à primeira vista, um bom negócio para o Estado, que trocaria uma dívida extremamente cara por uma nova mais barata. No entanto, essa operação encobriria, definitivamente, os reais motivos que levaram essa dívida a atingir valor tão elevado, assim como deixa sem resposta o motivo pelo qual as condições que estão sendo favoravelmente negociadas com bancos privados não podem ser diretamente acordadas com uma empresa que, imaginamos, deve se submeter ao interesse público estadual.

Outro ponto obscuro que pode ser esquecido caso se faça o simples pagamento antecipado é a existência de uma dívida legal sobre os créditos de CRC da Cemig utilizados pelo Estado para compensação de dívidas junto à União. Em documento recente, o Termo de Entendimento Técnico, integrante da décima revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal 2011-2013, assinado em novembro de 2011 pelo Governador do Estado e pelo Ministro da Fazenda, a dívida do Estado com a Cemig é citada, na p.17, como origem de possível repercussão no estoque da dívida do Estado com a União, nos seguintes termos:

“não está incluída no saldo devedor da Dívida Financeira do Estado a pendência judicial relacionada a débitos da Cemig com a União, referente à Conta de Resultados a Compensar - CRC -, com hipótese de solução, a ser encaminhada ao Governo Federal, que pode vir a ter efeito na recomposição dos saldos considerados à época da compensação autorizada pela Lei nº 8727/93”.

No mesmo sentido, na p.28, o documento excepcionaliza: “do impedimento de assumir dívidas da administração direta ou indireta pelo Tesouro Estadual os débitos da Cemig que possam vir a ter efeito no saldo da dívida relativa à Lei nº 8727/93, caso haja entendimento específico com a União (...)”.

Segundo informa documento divulgado pela Cemig para esclarecimento dos investidores sobre os processos relevantes que podem ter impacto sobre as finanças da Empresa, com data de 2010, na questão da CRC:

“Trata-se de mandado de segurança cuja matéria é a Conta de Resultados a Compensar - CRC. Após a conclusão do Processo Administrativo Aneel nº 48500.000.880/98, em que se discutiu a pretensão da Aneel de devolução de parte dos créditos da CRC recebidos em 1994 pela Cemig, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN - notificou em definitivo a Cemig, em 9 de janeiro de 2004, para ressarcir à União, até 30 de janeiro de 2004, o montante de R\$516,20 milhões, correspondente a 137,00 milhões de Ufirs, corrigidos pela taxa Selic desde 1997, sob pena de inscrição no Cadin e na Dívida Ativa da União.

A Cemig, em 15 de março de 2004, impetrou mandado de segurança junto à Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, autuado sob o número 2004.34.0000.8807-0, para discutir a legalidade da cobrança e suspender a inscrição da Cemig no Cadin. A liminar foi concedida parcialmente, determinando a suspensão da inscrição apenas até o dia 24 de março de 2004, por falha no procedimento de notificação da STN. Contra a decisão, a Cemig interpôs agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, requerendo a concessão de liminar para suspender a inscrição no Cadin e a inscrição na Dívida Ativa da União, até julgamento do mérito da ação, tendo sido concedida a liminar acatando integralmente o pedido da Cemig. Todavia, esse agravo foi julgado prejudicado, cessando-se a liminar, em razão da sentença no respectivo mandado de segurança, por meio da qual foi denegada a segurança.

Em face da mencionada decisão proferida no mandado de segurança, a Cemig interpôs recurso de apelação, que foi recebido apenas no efeito devolutivo. Recebidos no TRF, os respectivos autos encontram-se conclusos com o relator para inclusão em pauta. A fim de obter o efeito suspensivo no mencionado recurso, a Cemig ajuizou Ação Cautelar junto ao TRF sob o nº 20050100012858-4, cuja liminar foi deferida, suspendendo, assim, os efeitos da inclusão da Cemig no Cadin, bem como a inscrição do débito na Dívida Ativa da União, até o julgamento final da apelação no mandado de segurança em questão. Contra esta decisão a STN interpôs agravo regimental pendente de julgamento. Paralelamente, aguarda-se o julgamento da apelação em mandado de segurança impetrado pela Cemig.”.



O processo continua em aberto, tendo o valor do débito sido corrigido em 2010, segundo o documento citado, para R\$957 milhões. Note-se que a correção adotada para o possível débito da Cemig com a União é mais benéfica do que a adotada para os débitos do Estado com a Cemig, que incluem, ao que parece, uma parcela de créditos de CRC possivelmente inexistentes.

De fato, nada sabemos sobre os efeitos da eventual perda do processo, cuja “probabilidade de perda é considerada possível” pela Empresa, sobre os créditos repassados ao Estado. No entanto, como vimos nos documentos do PAF citados, tal possibilidade é oficialmente reconhecida pelo Estado e pela União. Avançando um cenário especulativo, uma eventual perda do processo pode, talvez, ensejar uma negociação de encontro de contas no qual o Estado assumiria o débito da Cemig com a União e cancelaria a dívida com a Empresa sem o risco cambial da negociação em curso.

Por esses motivos, não julgamos prudente nesse momento a efetivação da quitação da dívida e a consequente criação de nova dívida externa para o Estado e defendemos o esclarecimento prévio das dúvidas que pairam sobre a dívida de CRC.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 3.062/2012

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operação de crédito, em moeda estrangeira, com a Corporação Andina de Fomento - CAF -, em valor equivalente a até US\$300.000.000,00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos), a serem aplicados na execução das ações do Caminho de Minas estabelecidas no Programa Minas Logística, definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer como contragarantia à União as receitas geradas pelos tributos a que se refere o art. 155 e os recursos de que tratam os arts. 157 e 159, I, “a”, e II da Constituição da República.

Art. 3º - Os recursos provenientes da operação de crédito de que trata esta lei serão consignados como receita orçamentária do Estado.

Art. 4º - O Orçamento do Estado consignará, anualmente, recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta lei.

Art. 5º - Fica revogada a Lei nº 19.966, de 26 de dezembro de 2011.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de maio de 2012.

Rogério Correia

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Rogério Correia, que receberam os nºs 4 e 5, e um substitutivo do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Rômulo Viegas. Com a palavra, para emitir seu parecer, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

PARECER SOBRE AS EMENDAS NºS 4 E 5 E O SUBSTITUTIVO Nº 1, APRESENTADOS AO PROJETO DE LEI Nº 3.062/2012

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Corporação Andina de Fomento - CAF - e dá outras providências.

Inicialmente, o projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2, que foram acolhidas por esta Comissão no 1º turno.

Em Plenário, na fase de discussão do projeto no 1º turno, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Deputado Rogério Correia, que voltou à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer. A Comissão, em sua análise, opinou por sua rejeição.

Decorrido o prazo regimental de 45 dias sem apreciação, foi o projeto incluído na ordem do dia, para discussão e votação em turno único, nos termos do art. 208, § 1º, do Regimento Interno. Na fase de discussão em Plenário, foram apresentadas as Emendas nºs 4 e 5 e o Substitutivo nº 1, pelo Deputado Rogério Correia, sobre os quais cabe a este relator emitir parecer, nos termos do art. 211 do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em epígrafe autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito no valor equivalente a US\$300.000.000,00 junto à Corporação Andina de Fomento - CAF -, a serem aplicados na execução das ações estabelecidas no Programa Caminhos de Minas. Tais recursos, conforme exposição de motivos do Governador, serão utilizados na ampliação da capacidade de rodovias que exerçam papel integrador de regiões socioeconômicas interdependentes no Estado de Minas Gerais e que possibilitem a melhoria do acesso ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves - AITN -, a ampliação de sua capacidade e o desenvolvimento no longo prazo.

A Emenda nº 4, apresentada em Plenário, visa revogar a Lei nº 19.964, de 26/12/2011, que autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com o Banco Internacional para Reconstruções e Desenvolvimento - BIRD -, o Banco Credit Suisse AG e a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD -, destinadas à reestruturação da dívida da Conta de Resultados a Compensar - CRC - Cemig.

A Emenda nº5 condiciona a operação de crédito de que trata a Lei 19.964, de 26/12/2011, à confirmação judicial em favor da Companhia Energética de Minas Gerais -Cemig -, dos créditos da CRC.



Importa ressaltar que as citadas emendas não mantêm relação direta com o projeto em análise. Além disso, se acatadas fossem, poderiam acarretar uma insegurança jurídica e financeira uma vez que a Lei nº 19.964, de 2011, reestrutura a dívida do Estado com a Cemig de modo a melhorar o perfil do endividamento do Estado, permitindo a substituição dos custos contratuais de 8,18% a.a. para 4,62% a.a. (taxa média ponderada pelos saldos e pela projeção da London Interbank Offered Rate - Libor -), e suprimindo os custos referentes ao IGP-DI. Além disso, a referida lei proporciona um desconto de 35% do saldo devedor da mencionada dívida em função da quitação antecipada, reduzindo o serviço da dívida, aumentando a capacidade de investimentos, expandindo a receita de dividendos pagos pela Cemig e ampliando a capacidade de endividamento do Estado, com vistas a investimentos futuros.

O Substitutivo nº 1 visa incorporar ao caput do art. 1º do Projeto de Lei nº 3.062/2012 seu parágrafo único. Tal parágrafo foi acrescentado ao projeto pela Emenda nº 2 apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, esclarecendo o “caput” da proposição em análise evitando uma leitura conflitante. Sendo assim, a sua supressão poderá acarretar impropriedade técnica ao referido projeto.

Conclusão

Diante do exposto, este relator opina pela rejeição das Emendas nºs 4 e 5, e do Substitutivo nº 1, apresentados em Plenário, ao Projeto de Lei nº 3.062/2012.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - A Liderança encaminha a votação e pede aos colegas para rejeitem o substitutivo e as Emendas nºs 3, 4 e 5 e para aprovarem o projeto original e as Emendas nºs 1 e 2.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente Deputado Dinis Pinheiro, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em nome da Bancada do PT quero encaminhar contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 3.062/2012. Já fiz a discussão dele, mas quero reiterar alguns pontos importantes para a sua rejeição. Faremos as nossas colocações resumidamente.

Em primeiro lugar, achamos que a solução para Minas Gerais não pode ser investir a partir de empréstimos. Essa opção já levou o Estado a um endividamento muito grande. Hoje Minas se encontra quebrada; o déficit zero e o choque de gestão deram uma quebradeira em Minas Gerais. Devido ao pagamento de juros, dinheiro emprestado, liquidação de empresas estatais, hoje Minas se encontra em uma situação em que o governo não cumpre as demandas constitucionais e o investimento em educação e saúde. E agora ainda assina um termo de ajustamento de gestão - TAG - em que abre mão - se é que se pode usar esse termo - de cumprir a Constituição, se rebela contra a Constituição do País, para fazer um investimento inferior, como vem fazendo, em saúde e educação.

O Deputado Doutor Wilson Batista levantou as nossas preocupações com Minas Gerais, com o governo de Minas, é óbvio: fomos eleitos e, como Deputados de Oposição, precisamos fazer análise do que o governo do Estado tem ou não feito. Se assim não agíssemos, não estaríamos cumprindo o dever do nosso mandato. É óbvio que, durante todo esse procedimento, faremos as nossas observações políticas e de gestão e avaliação do governo do Estado. Neste momento, a nossa avaliação é exatamente essa: o governo faz um caminho que não é o melhor para Minas Gerais. Existem outras possibilidades? Existem, e é dever da Oposição apontá-las. Por exemplo, o que se gastou para construir a “Brasilinha” de Minas, ou seja, R\$1.500.000.000,00, daria para fazer todo o procedimento de asfaltamento das estradas vicinais em Minas Gerais do programa Caminhos de Minas, sem que fosse necessário pagar um centavo de juros. Agora, por motivos políticos e eleitorais, preferiu-se fazer a “Brasilinha” e, a partir daí, contrair empréstimo, pagar juros e deixar de aplicar o mínimo em educação e saúde.

Muito me estranha Deputados que estão ligados à saúde não fazerem nenhuma observação da ausência de recursos nessa área em Minas, sabendo que o quadro da saúde é, no mínimo, preocupante em Minas Gerais. Os trabalhadores do sistema de saúde recebem pouco e os hospitais e os centros de saúde carecem de recursos. Não há uma análise crítica dos Deputados do governo que são da área da saúde em relação a essa questão? Acho que deveriam ser críticos. Cobro do Deputado Doutor Wilson Batista exatamente isso, ou seja, que nos ajude, como defensor que é da saúde pública do Estado de Minas Gerais. Em vez de pegar empréstimo para pagar juros e deixar de investir em saúde e educação, que o governo tenha outra opção, especialmente, a constitucional. E falo a mesma coisa em relação à educação pública. Não é possível que uma professora tenha limitado até o seu direito de se alimentar dentro da escola para conter gastos; tenha que trabalhar em salas multisseriadas e não poder contar com professores substitutos no supletivo em que dá aulas, quando pede licença. Não é possível que os alunos sejam prejudicados porque o governo tem de fazer empréstimo para pagar juros e executar obras no Estado que não são prioritárias nem constitucionais.

Isso já é grave, Sr. Presidente. Agora, mais grave ainda é assinar com o Tribunal de Contas um termo em que o governo confessa que não está aplicando a Constituição do Estado exatamente em saúde e educação. Ora, dar o aval para que o governo pegue mais empréstimos e que no futuro não invista, de novo, na educação e na saúde, é uma opção equivocada. Esses são os motivos que levam a Bancada do PT a encaminhar contrariamente à aprovação também desse empréstimo, que só de ontem até hoje totaliza R\$3.200.000.000,00 de novas dívidas, encalacrando ainda mais Minas Gerais, que já se encontra quebrada a partir da política de Aécio Neves e Anastasia. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Chegou o momento de votar mais um projeto de empréstimo. Desde ontem à noite, já são R\$3.200.000.000,00. Mais uma vez, em comum nos três projetos, a carência até o final deste governo. Um governo que se sente parte legítima para gastar, no presente, o futuro dos mineiros. Gasta-se agora, fazem inaugurações, soltam foguetes, comemoram, quem sabe arregimentam mais votos, preservando essa farsa que, há uma década, vem sendo mantida em Minas Gerais a alto custo social e político. A conta virá, e que fiquem registrados nos anais desta Casa os pronunciamentos das lideranças do PMDB e do PT, salientando que a conta viria, que o futuro cobraria a fatura dos mineiros, que Minas Gerais, já quebrada pela má gestão, pela incompetência, pela irresponsabilidade administrativa de Aécio Neves, que transformou Minas Gerais no mais endividado Estado da Federação, continua na mesma linha. São R\$3.200.000.000,00 de ontem para hoje. Se conseguirem efetivar o empréstimo - os últimos não têm conseguido -, vão gastar, vão fazer festas, inaugurações, foguetes, mas não pagarão sequer um centavo. Nos três projetos -

nºs 3.060, 3.061 e 3.062 -, a mesma carência. O futuro Governador de Minas, as próximas gerações dos mineiros, vão começar a arcar com o custo da desesperada campanha de Aécio Neves à Presidência da República, sempre custeada com o erário. Somos contra os investimentos nas estradas? Não, mas por que não fazê-los com os recursos usados para docilizar a imprensa? Com os R\$2.000.000.000,00 já jogados na imprensa para construir o mito, a Minas do “marketing”, a Minas da fantasia, a Minas paradisíaca, o oásis irreal que desejam vender para o Brasil como obra de Aécio. Por que não usar o R\$1.500.000.000,00 da Cidade Administrativa, a “Brasilinha” do Aécio? Ela foi construída para servir de palco apoteótico para que saísse de lá se lançando como o candidato que construiu aquele palco para sua própria despedida. E foi inaugurada às pressas, é bom lembrar, com tudo caindo aos pedaços, janelas caem, o chão afunda e na garagem, o pé direito não deixa entrar uma van. Isso pouco importa, porque a funcionalidade, a economicidade, a lógica administrativa não contam. O palco, o teatro, a paisagem é como se fosse arte de um coreógrafo que precisava daquele palco, daquele ambiente para o lançamento da candidatura presidencial do Senador Aécio, que carece manter o mito.

Minas está enforcada. O Deputado Rogério Correia disse que o endividamento não é o melhor caminho. Não é o melhor caminho para Minas construir os Caminhos de Minas às custas de endividamentos a serem pagos no futuro. Esse não é o caminho. Minas Gerais está empobrecida, crescendo menos que o Brasil. É a 14ª economia, se for retirada a mineração. Trinta por cento do PIB de Minas Gerais referia-se a indústria, mas essa porcentagem caiu para 14%. Essa é a obra real de Aécio Neves, a destruição do Estado, a sua dependência, a sua fragilização, a sua quebra, tudo em nome de um projeto eleitoral pessoal, de uma obsessão presidencial.

Ficam registrados nos anais desta Casa que o PMDB e o PT alertaram, como fizeram em 1997, que a conta viria. Mais uma vez, uma gestão do PSDB endivida o Estado, programa a quebra para a sua sucessão. Da outra vez, Itamar herdou a bomba de efeito retardado. Quem será o próximo a herdá-la? Deus nos mostrará. Encaminho, portanto, contrariamente à aprovação de mais um empréstimo, mais um endividamento, a ser gasto neste governo, mas pago nos futuros. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, tivemos a oportunidade de fazer, mais cedo, uma breve discussão sobre o endividamento do Estado. Isso, infelizmente, tem incomodado poucos parlamentares, porque temos tratado essa questão financeira, o endividamento como uma questão de governo. Tenho falado e tentado mostrar para as pessoas, para a sociedade a diferença entre governo e Estado. Infelizmente não há nenhum político estadista, em nenhum partido, nem no meu, nem no PSDB, nem no PT, ninguém o tem. Cada um se preocupa apenas com o seu governo, com o seu partido, com o seu projeto pessoal ou partidário.

É isso que vemos em Minas Gerais. O Deputado Sávio Souza Cruz o mostrou, quando fez aqui um belo pronunciamento que incomodou várias pessoas. Temos de nos preocupar com o Estado. Essa é a discussão que faço. Sei que alguém pode questionar: “Deputado, esse dinheiro é para fazer rodovia, e você é contra?”. Não sou contra, mas sou contra empréstimos, até por questão de coerência: estamos discutindo a dívida de Minas. Fizemos um trabalho, em mais de três meses; fizemos vários pronunciamentos, preocupados com o endividamento do Estado, com a agiotagem a que Minas está sendo submetida pelo governo federal, e nós, fazendo mais empréstimos. O que disse o Deputado Sávio é justamente isso: empréstimo para fazer hoje as obras, mas para ser pago daqui a três ou quatro anos, quando começam a vencer as primeiras parcelas. Essa é a discussão que precisamos fazer.

A Assembleia podia ajudar o governo a conduzir esse processo, porque é responsabilidade desta Casa ajudar na fiscalização, na montagem desse processo, para o governo ter sucesso. Hoje as pesquisas mostram que o Prof. Anastasia está pagando uma conta que não é dele. E a Assembleia tem contribuído para ele pagar essa conta, que é a da omissão e a da submissão. Se você verificar as pesquisas, verá que o Governador está em algumas regiões com menos de 45% de aprovação, um homem que chegou a ter 80% e foi eleito com 68%. Isso é o quê? É falta de discussão política de todos nós desses investimentos. Vamos acreditar que o governo, com R\$300.000.000,00, vai fazer 7.700km de estrada, como consta na proposta? Quem vai acreditar nisso? As coisas devem ser mais concretas.

Às vezes, alguns Deputados ficam nervosos, querendo fazer comparação com a Dilma. Não estou preocupado com isso, mas com o nosso Estado, que está acanhado. Estamos tímidos, acuados, até para cobrar projeto da Presidente Dilma. Vi o Deputado Célio Moreira perguntar sobre a BR-381 e o metrô. Não há projetos. Não conseguimos fazer um projeto para a BR-381 e para o metrô de Belo Horizonte. Isso virou bandeira política. Como vamos fazer obras sem projetos? A discussão é que a política de Minas está acanhada. Não temos moral em Brasília para fazer qualquer discussão. Tenho falado isso com os Deputados Federais. Qual liderança temos na Câmara Federal para falar grosso? Qual liderança temos no Senado para defender os interesses de Minas? Isso já vem de longo tempo. Talvez tivéssemos Itamar Franco, que infelizmente faleceu prematuramente. Não sou contra nenhum investimento. Lembro-me de o saudoso Tancredo Neves dizer que não haveria desenvolvimento sem chão preto. E é verdade. O governo tem até intenção de fazer obras, mas está preocupado. Estamos pagando R\$400.000.000,00 de juros. Dinheiro não está sobrando. Não estamos aplicando na saúde nem na educação. Como vamos investir em estradas? Temos de pegar emprestado, mas R\$300.000.000,00 não dão para fazer 7.000km de estradas. Há alguma coisa errada. Essa matemática não bate.

Por coerência, vou votar contra isso. Estamos preocupados com a dívida de Minas e não podemos, apenas porque o governo falou que vai fazer, votar favoravelmente. Não podemos autorizar esse empréstimo para endividar mais ainda Minas Gerais. Por isso voto contra. Sou a favor das obras, elas têm de ser feitas, mas, com empréstimo, seria muita incoerência de nossa parte, nós que participamos de toda a discussão do endividamento excessivo de Minas. Estamos pagando juros, e isso incomoda qualquer político de bem. Sei que a maioria dos Deputados estão incomodados. Infelizmente, os Deputados da base do governo agem assim mesmo. Também já fui da base do governo e sei como isso funciona, mas essas coisas nos incomodam.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontra. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.



O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, votei “não”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votou “sim” 1 Deputado. Votaram “não” 46 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição do Substitutivo nº 1, salvo emendas. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, mais o meu voto “sim”.

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram “sim” 47 Deputados. Votaram “não” 3 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Meu voto é “sim”, Sr. Presidente.

O Deputado Hely Tarquínio - Meu voto também é “sim”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “sim” 48 Deputados. Votaram “não” 3 Deputados. Está, portanto, ratificada a aprovação das Emendas nºs 1 e 2. Em votação, as Emendas nºs 3 e 4. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Hélio Gomes - Presidente, meu voto é “não”.

A Deputada Rosângela Reis - Meu voto é “não”.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, meu voto também é “não”.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, votei “não”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “não” 46 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição das Emendas nºs 3 e 4. Em votação, a Emenda nº 5. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Bosco - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Presidente, meu voto é “não”, e não foi computado.

A Deputada Rosângela Reis - Meu voto também é “não”.

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram “não” 47 Deputados. Não houve voto favorável. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 5. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.062/2012 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, fiz questão de trazer esse estudo feito pela minha assessoria, pelo Dr. Renato, sobre a dívida de Minas Gerais. Deputado Doutor Wilson, não é apenas esse quadro, mas ele demonstra a dívida de Minas Gerais. A partir de 1960, 1970, Deputado Viegas, houve um aumento de 40% na dívida de Minas, toda ela contraída quando nem existia PSDB. Em 1980, nos governos do PMDB, há um crescimento de 330% na dívida de Minas Gerais. É, então, rigorosamente verdadeiro o que o Deputado Doutor Wilson Batista disse nesta manhã. Depois entramos nos anos 90, e houve um aumento de 764% na dívida de Minas Gerais. O quadro é muito claro e mostra como essa dívida foi contraída. Não temos responsabilidade nenhuma sobre essa dívida contraída pelo



PMDB e que temos de pagar. O quadro do aumento da dívida de Minas Gerais é muito claro. Há que se de brigar com os números, há que se brigar com a história. Têm de responder aqueles que contraíram essa dívida que estamos pagando hoje. É importante dizer que o governo do PSDB foi atacado aqui, irresponsavelmente. O Deputado Doutor Wilson Batista fez a defesa, mas o ataque foi irresponsável. E não o aceito, porque pertenci a esse governo como Secretário, assim como vários outros Deputados. Aceitar as acusações irresponsáveis feitas nesta manhã é concordar que sou um corrupto, que os outros Deputados que serviram ao governo também são corruptos. Não aceito isso. Essa é uma irresponsabilidade, Sr. Presidente. E vamos acionar a Justiça, para que provem que existe corrupção. Eles gostam de falar sobre CPI. O PMDB e o PT, quando assumiram o governo em Minas Gerais, fizeram 13 CPIs, todas contra o PSDB. Gostam de dizer que são democratas; atacam covardemente; atacam irresponsavelmente; mas terão de trazer as provas. Ocupar a tribuna e dizer as inverdades que foram ditas nesta manhã... Têm de ter provas, não aceito; têm de provar o que foi dito nesta manhã. Neste governo a que pertenci, foram investidos - briguem com os números, briguem com a história - até agora 23 bilhões; 19 bilhões do Tesouro, da arrecadação do Estado de Minas Gerais. Encontramos o governo de Minas quebrado. Eram 2,3 bilhões de déficit. O servidor do Estado recebia em sete chamadas. E vêm aqui falar sobre servidor público, mas eles recebiam em sete chamadas. Foi isso o que encontramos. O meu companheiro Deputado Rômulo Viegas foi Secretário de Estado também e, quando chegamos, era choque de gestão mesmo: 30% de corte. Não podíamos nomear cargos de confiança no Estado. Foram cortados mais de mil cargos de confiança, porque não havia dinheiro para pagá-los. Não podia faltar dinheiro para as crianças que estavam no Horto. Os fornecedores de alimento para as crianças estavam com o pagamento atrasado. E agora vêm aqui dizer que Minas Gerais está quebrada. Minas já estava quebrada quando o PSDB e esta Base de governo assumiram o governo. Sr. Presidente, votei favoravelmente ao projeto e espero que aqueles que agem com tanta irresponsabilidade tenham consciência e respeito por este Parlamento. Não me calarei todas as vezes que falarem deste governo, porque pertenci a ele e as minhas mãos estão limpas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, queremos declarar o voto do PCdoB, que foi favorável ao empréstimo, e queremos justificar por que. Primeiramente, já havíamos votado favoravelmente quando autorizamos a contratação do empréstimo com o banco japonês. Neste momento, há uma substituição do agente financeiro: no lugar do banco japonês entrou essa comissão latino-americana. Entendemos que o empréstimo, hoje autorizado, está em consonância com os interesses de Minas Gerais. O momento macroeconômico que o Brasil vive hoje é diferenciado do de 1998. O Brasil está em processo de crescimento, está em processo de atração de novos investimentos para o mercado interno e com condições de juros bem mais favoráveis, o que justifica a contratação desse novo empréstimo. Temos também que registrar que toda autorização de empréstimo dos Estados Federados depende do aval da autoridade monetária nacional, ou seja, do Banco Central brasileiro. Minas Gerais não seria autorizada a contrair novos empréstimos, se não houvesse a aquiescência do Banco Central, se não houvesse a aquiescência do Ministério da Fazenda. Pelo nosso modo de entender, não há motivos para sermos contra a contratação desse novo empréstimo. Também no caso específico de hoje, os quinhentos e poucos milhões de reais que o governo do Estado está autorizado a contrair, com juros bem subsidiados no mercado internacional, visam especialmente a atender aquilo que, para nós, é fundamental: o programa Caminhos de Minas. Regiões inteiras do interior do Estado foram contempladas pelo Processo, mas ainda existem cidades-polo que não estão interligadas, que não possuem ligação asfáltica, como, por exemplo, Peçanha, que é a comarca de toda a região, Coroaci, Nacip Raydan e Virgolândia, onde hoje ainda é preciso asfaltar 40km. Esse dinheiro virá justamente para fazer a pavimentação asfáltica dessa estrada muito importante. Há ainda a estrada entre Água Boa e Malacacheta, que é muito importante para a região. E, ainda, outras estradas, como a que liga Marilac ao entrocamento de São José da Safira. Então, o Caminhos de Minas vai concluir obras importantes para o interior do Estado, as quais vão facilitar o escoamento da nossa produção. O PCdoB não vai entrar nessa discussão partidária de disputa. Estamos preocupados com os interesses de Minas Gerais, assim como quando a nossa bancada defendeu, com muita firmeza, os critérios da negociação da dívida contraída em 1998. Essa, sim, em condições extremamente prejudiciais para os interesses do Estado, com juros elevadíssimos, de 7,5% e correção do IGP-DI. Defendemos a renegociação dessa dívida antiga, dessa dívida contraída em 1998, porque entendemos que ela é prejudicial aos interesses de Minas Gerais, aos interesses dos Estados Federados. Agora, Sr. Presidente, a compreensão que temos é a de que o governo da Presidenta Dilma está fazendo grande esforço, está dando um grande exemplo. A Presidenta Dilma está combatendo as altas taxas de juros praticadas no mercado interno, enfrentado com muita grandeza, com muita compreensão a necessidade de reduzir os juros praticados pelos bancos privados, os chamados "spreads", a diferença entre o juro oficial, o da taxa Selic, e o juro praticado pelos bancos privados no mercado interno. A Presidenta Dilma tem essa compreensão: o capital tem que servir para investir na produção. Esse dinheiro novo tem de ser investido na produção. Então nós, do PCdoB, não tivemos dúvida: votamos favoravelmente à autorização desse empréstimo, porque compreendemos que esse dinheiro novo servirá para fomentar a economia de Minas Gerais, aumentar a produção e facilitar o acesso no interior de Minas. Esse foi o voto da nossa bancada, do Deputado Carlin Moura e do Deputado Celinho do Sinttrocel.

O Deputado Célio Moreira - Obrigado, Sr. Presidente. Gostaria de parabenizar, Sr. Presidente, no início da minha fala, a postura e a coerência do Deputado Carlin Moura, que votou favoravelmente ao progresso e ao desenvolvimento de Minas Gerais e não ficou naquela briga, que não chega a lugar nenhum, sobre a presidência de 2014. Se o pessoal que nos acompanha pela TV Assembleia pegar a fala da Oposição, desde a semana passada até a discussão e os encaminhamentos dos projetos apresentados aqui hoje, verá que a fala da Oposição é a mesma, que o intuito é somente denegrir o governo estadual e aquele que foi um excelente Governador de Minas Gerais e que, no futuro, será, se Deus permitir, o Presidente da República, que é o Senador Aécio Neves. Em toda fala sobre todos os projetos, há dois ou três Deputados que fazem questão de citá-lo e dizer que ele foi um mau gestor. Pelo contrário, ele foi um excelente gestor e é reconhecido internacionalmente e no Brasil como um excelente administrador público. No ano passado, foi aprovado na Casa o valor total de R\$3.387.000.000,00. O Bird não financia a ligação dos programas integrados, dos programas de infraestrutura. Por isso houve uma diferença, Sr. Presidente, e também na questão do programa de fortalecimento da segurança pública. E a diferença foi de R\$163.000.000.000,00, que foi aprovada. Vejam só: Minas Gerais paga quase 13% de juros da dívida de



1998. Quer dizer, esses juros draconianos, esses juros “suga-suga” da Presidenta da República são uma dívida impagável, como os próprios Deputados opositores disseram. Os bancos internacionais estão emprestando dinheiro a Minas Gerais com juros de 1% a 1,5%, enquanto o BNDES está emprestando a 6%, quase cinco vezes mais que os juros cobrados sobre o que é emprestado pelos organismos internacionais. Esses juros que Minas Gerais paga ao governo federal, em um ano, se somados, dariam muitos bilhões, daria para pagar. Mas Minas Gerais está vetada no governo federal, porque aqui não se faz obra. O governo federal só diz que vai liberar, gosta muito de holofotes, de televisão e de jornal. Ao mesmo tempo, os Deputados da Oposição vêm dizer aqui que a mídia é comprada, é censurada, mas se esquecem de dizer que, em Minas Gerais, os projetos anunciados tanto pelo ex-Presidente Lula quanto pela Presidenta Dilma não recebem recursos. São recursos prometidos para metrô, para a duplicação da 381, para o Anel Rodoviário, onde todos os dias morre gente e ninguém toma providência alguma, governo nenhum. E aí dizem que não há projetos. Se forem à CBTU, verão que há mais de 20 projetos apresentados, mas todo projeto tem defeito, tem que mudar bitola, tem que mudar traçado. Projetos existem, mas falta boa vontade para investir em Minas Gerais. Minas Gerais está sendo boicotada pelo governo federal. Dizem que o governo não pode fazer empréstimo. Mas o governo federal não aplica nada na segurança do Estado. E o Estado vai ficar parado, com pires na mão, dependendo do governo federal? Ele tem de buscar o recurso. Como diz o Deputado Carlin Moura: várias cidades, ligação de grandes Distritos, o Caminhos de Minas, a produção e a riqueza dessas cidades será transportada com dignidade. É lama, é poeira. Há estradas que estão abandonadas há muitas décadas. Hoje o governo do Estado oferece essa oportunidade buscando os recursos necessários para o Caminhos de Minas e para a segurança do Estado, o que é questionado todos os dias. Eles não querem isso. Quanto pior for será melhor para eles. Mas está bom porque Minas Gerais está investindo na educação, está investindo na segurança, está investindo na infraestrutura e pegando juros lá fora de 1% a 1,5%. Mas, no Brasil, paga 12%, 13% e até 14% desses juros exorbitantes, desses juros dracônicos e sanguessugas do governo federal.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, tivemos uma manhã de muito debate e de muito trabalho. É hora de não somente dizer que aprovamos o que é bom para Minas, mas também que possibilitamos um debate nesta Casa em que todos tiveram oportunidade de se manifestar. Digo isso porque, sem esse embate com a Oposição, sem a Oposição se manifestar, sem a Oposição expor sua opinião, talvez a população e os mineiros não entendessem a grandeza desse projeto. Não quero dizer que a Oposição agiu de forma errada, que a Oposição agiu de forma equivocada ou que não tenha feito seu papel. Pelo contrário, a Oposição fez seu papel. O Deputado Antônio Júlio contribuiu com sua capacidade e com seu conhecimento. Da mesma forma o Deputado Sávio Souza Cruz, talvez um dos nomes de maior inteligência nesta Casa, liderado também pelo Deputado Rogério Correia. Não podemos esconder que todos têm seu grande valor na função a que se propõem aqui no Parlamento. Mas, se a Oposição não coloca o seu lado, se a Oposição não traz a sua ideia, não há como os Deputados da base manifestarem o motivo de não concordarem com isso, de querer que a nossa opinião seja válida. Em nome do Deputado Bonifácio Mourão, agradecemos a todos os Deputados que propiciaram o debate, que trouxeram a sua palavra, que propiciou que os mineiros conhecessem um pouquinho mais do que estamos fazendo no Plenário. Agora é hora de o governo programar as ações a serem executadas com os recursos que esta Casa, a princípio, autoriza que ele busque junto aos organismos internacionais e nacionais. Por que digo a princípio? Porque esta Casa ainda não tem capacidade de dizer que o recurso está pronto. Ou seja, autorizamos o governo a pedir o recurso emprestado. Agora, o governo cumprirá uma trajetória que deixa o Legislativo Estadual e vai para o Senado e para a Secretaria do Tesouro Nacional. Quem vai validar o empréstimo é o Senado Federal e a Secretaria do Tesouro Nacional. Esses órgãos é que dirão se Minas está em condições financeiras ideais para buscar esse recurso ou se não está. Aí é que digo, aí é que é importante prestar atenção. Há Deputados que dizem que Minas não tem condição financeira ideal. Se for assim, a proposta será barrada em Brasília, não passará. Mas, se não fizermos esse debate, se não virmos a grandeza dos Deputados Rogério, Sávio e Antônio Júlio e não travarmos o debate, como é que a população tomará conhecimento disso? Temos de engrandecer a luta nesta Casa e as palavras dos Deputados da Oposição, porque dão lugar ao debate. Isso nos dá a oportunidade do contraditório e de sairmos daqui com a convicção de que trabalhamos na defesa dos interesses maiores de Minas. Se não for assim, esta Casa não poderá ser de debate. O debate de hoje foi muito importante. Saúdo, mais uma vez, a Oposição. Saúdo todos os Deputados da base, aqueles que votaram, mesmo alguns dos partidos não aliados. Em nome do Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Governo, deixo um agradecimento. Setores que historicamente se alinhavam com a Oposição votaram favoravelmente ao projeto. O Deputado Carlin Moura manifestou aqui que o PCdoB votou integralmente com a base do governo. Setores do PMDB também o fizeram. Então, essa diferença de visão é salutar para o Parlamento e o engrandece. Não temos que menosprezar nenhum dos Deputados, pelo contrário, temos que parabenizar todos os que têm a coragem - e poucos a têm - de encarar de perto o desafio, de brigar por ele, de trazer sua ideia e de dar sua opinião. Cada um de nós deve saber respeitar a opinião do nosso colega, seja qual for, e aceitá-la. Devemos também manifestar nossa visão. Um homem da grandeza do Deputado Antônio Júlio, ex-Presidente desta Casa, merecerá sempre de todos os parlamentares uma atenção especial, o respeito por sua história, por seu passado e seu presente. Nós aqui temos que saudar a todos os Deputados. E esta Casa hoje deu uma prova muito importante: Minas Gerais vai bem e ficará ainda melhor. As obras que virão possibilitarão o incremento da indústria, da agricultura, da segurança pública, Presidente Inácio Franco. Muitas cidades terão melhoria na sua pavimentação e, assim, verão a chegada do progresso. São muitas. Agradeço, então, a oportunidade do debate. Em nome do Deputado Bonifácio Mourão, agradecemos todos os que participaram da votação. Certamente, reconhecemos o valor da Oposição nesta Casa, que tem sua ideia e deve lutar por ela. Devemos saber respeitar o espaço e o limite de cada um. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Deputado Rômulo Viegas. Sr. Presidente, serei bastante breve na minha declaração de voto, mesmo porque já expliquei os motivos da minha votação contrária. Quero apenas rebater algumas questões levantadas que não condizem com a verdade dos investimentos do Brasil em Minas. É verdade que o Brasil vai bem, como disse aqui o Deputado Carlin Moura. O Brasil anda em um processo de crescimento econômico, de investimento, que é uma opção, como já disse, do governo federal. E os investimentos em Minas são também polpudos. Não é verdade que Minas Gerais não tem recebido investimento do governo federal. Darei números que, nesse caso, dirão tudo. Sr. Presidente Inácio Franco, veja bem: o Pronaf, que é o programa nacional de crédito para o pequeno produtor, só em Minas Gerais, recebeu investimentos de R\$1.200.000.000,00 ao ano. Foi assim no



ano passado e, neste ano, a estimativa é de R\$1.500.000.000,00. Esses recursos são injetados nos Municípios para o pequeno produtor, que promoverá o crescimento de sua cidade. O investimento no Bolsa Família e o valor dos investimentos chegam a R\$1.077.000.000,00 ao ano, e ressalto que esse é também um investimento nos mais pobres em Minas Gerais. São 94.286 estudantes beneficiados pelo ProUni. Esses são dados relevantes de investimento na área social, e isso nunca foi feito em outro governo federal. No governo Fernando Henrique, vivíamos uma época de cortes, de neoliberalismo, de briga entre ele e Itamar. Quem não se lembra disso? Nada podia vir para Minas a não ser que se resgatasse o dinheiro daquilo que chamaram de moratória do Itamar. Quem não se lembra dessa briga entre FHC e Itamar Franco? Volto a citar os números. O total de recursos investidos em Minas Gerais para o PAC foi de R\$70.000.000.000,00. Até 2010, foram R\$48.500.000.000,00. Depois, foram investimentos na faixa de R\$21.500.000.000,00 - certamente esses ainda estão sendo executados em logística, energia, questões sociais e urbanas. Na infraestrutura logística - acesso viário, aeroportos, rodovias como as que vão para Uberlândia, Araxá, Norte de Minas, Montes Claros -, até 2010, os recursos foram na faixa de R\$4.719.000.000,00. Após 2010, foram R\$4.353.000.000,00. Eu poderia continuar citando os investimentos do governo, mas isso já foi suficiente para mostrar que Dilma tem um carinho por Minas muito grande, aliás, pelo fato de ser mineira. O problema é que a base do governo acha que Minas Gerais é só 381 e Anel Rodoviário. Esses dois são fundamentais, já estão no PAC e serão feitos. Chegará o momento deles, o recurso já está provisionado, mas Minas é muito mais que isso. Existem recursos da Petrobras que, agora, vão para o Triângulo e para Uberaba, como eu já disse desta tribuna. Então, o Brasil tem investido em Minas. O Brasil cresce, mas Minas, de fato, quebrou. E não podemos achar que Minas Gerais vai recuperar sua capacidade de investimento pegando dinheiro emprestado e pagando juros. Nos bancos internacionais, o governo não conseguiu o empréstimo que queria, porque os bancos internacionais são mais rigorosos, olharam o problema da quebra de Minas e não emprestaram o dinheiro. Agora o governo tem que recorrer, mais uma vez, à União, ao BNDES. É claro que a Presidenta Dilma vai olhar o pedido de empréstimo com carinho, apesar de saber que, no futuro, vão chamá-la de novo e injustamente de agiota, dizendo que emprestou dinheiro cobrando juros. Mas a Presidenta Dilma é uma mãe, quanto mais para Minas Gerais; é a mãe do PAC e a mãe de Minas; é a mãe que os mineiros amam, então é claro que vai olhar com carinho a situação. O problema é que o governo estadual ficará mais endividado e, novamente, deixará de aplicar o mínimo em educação e saúde. Fará um novo TAG e retirará mais R\$15.000.000.000,00 da saúde e da educação para pagar juros. Não é justo o Estado se endividar e prejudicar investimentos em educação e saúde. Essa é a argumentação que temos. Não é forma de governar endividar-se e, depois, vender estatais, como fez no passado FHC com relação ao Fundo Monetário Internacional. Esse não pode ser o futuro do Brasil nem o de Minas. Obrigado.

O Deputado Rômulo Viegas - Muito obrigado, Deputado Inácio Franco. Quero, neste momento, fazer um cumprimento direto ao Governador Anastasia e a toda a sua equipe de governo, cumprimentar os parlamentares tanto da Situação quanto da Oposição e mandar um recado extremamente importante para a maioria dos Prefeitos mineiros. Com a aprovação do financiamento, teremos condições de executar o programa estruturador Caminhos de Minas, que é um grande passo para promover o desenvolvimento e diminuir as desigualdades socioeconômicas em todas as regiões do Estado. O objetivo é diminuir a distância, o tempo de viagem, aumentar a capacidade das nossas rodovias. Para se ter uma ideia, estamos prevendo a pavimentação de 7.700km de rodovia, beneficiando 302 cidades mineiras, atendendo a uma população enorme nesse contexto. Um abraço ao Prefeito de Andrelândia; um abraço à Prefeita Nava, de São Vicente de Minas; ao Tazinho, de Madre de Deus; ao Paulinho, de Consolação; às Prefeituras de Jeceaba, Lagoa Dourada, Carandaí, São Brás do Suaçuí, entre outras tantas, Sr. Presidente, que serão beneficiadas com esse importante programa estruturador do governo de Minas. Temos a visão de que o governo, comprometido com as questões públicas, com as questões sociais, vem fazendo um excelente trabalho. É claro que esses empréstimos são necessários porque tenho dito desta tribuna que a situação federativa do Brasil, hoje, é extremamente complexa, complicada. É necessário rever esses parâmetros de distribuição tributária da arrecadação de impostos para os verdadeiros gestores públicos - Governadores e Prefeitos. É necessário que a população entenda que o governo de Minas, ao solicitar esse empréstimo, fará a sua conversão em ações sociais, como é o caso do Caminhos de Minas, que é uma continuação do Proacesso, um programa de extrema eficiência. Basta fazer uma pesquisa estatística, quantitativa e qualitativa com todas as pessoas que foram beneficiadas em Minas Gerais. Foi um programa de ponta, de linha de desenvolvimento e, agora, terá sua continuidade com o Caminhos de Minas, que antes chamávamos de "links" faltantes, porque beneficiam as estradas distritais que ligam distritos que estão muito distantes das suas sedes. Portanto, queremos agradecer a todos os parlamentares que votaram conosco essa proposição do governo do Estado, muito bem liderados pelo nosso grande Líder Bonifácio Mourão, Líder do Governo e demais Líderes. Temos certeza de que o Governador Anastasia, ao lado do Vice-Governador Alberto Pinto Coelho e do Secretário Danilo, que faz um excelente interlocução com o Parlamento e com as demais Secretarias e órgãos do Estado, continua no caminho certo. O governo de Minas continua no caminho certo, iniciado em 2003, quando o então hoje Senador Aécio Neves iniciou o seu programa de governo, o choque de gestão e o déficit zero, equilibrando as contas públicas e colocando Minas Gerais no patamar do desenvolvimento, no trilho do benefício social para atender às camadas mais pobres e melhorar o IDH dos Municípios com essa atenção especial. Deputado Inácio Franco, V. Exa. pode verificar a satisfação dos Prefeitos mineiros ao celebrar convênios com o governo do Estado e ver que 30 dias depois os recursos estão disponibilizados. Basta andarmos por estas Minas Gerais para vermos a alegria do povo mineiro com os resultados obtidos de forma positiva, clara e transparente da gestão do PSDB, a partir de 2003. Deixo registrado mais uma vez o nosso reconhecimento não apenas ao Senador Aécio Neves, mas também ao Governador Anastasia e a toda a sua equipe de governo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de fazer apenas alguns esclarecimentos. Quando o Deputado João Leite diz que a culpa dessa dívida é do PMDB, dá até vontade de rir, porque, apesar de já termos participado do governo, o governo Itamar Franco não contraiu nenhum tostão de dívida. Houve também a época do governo de Newton Cardoso. Às vezes, eles nos cobram dizendo que não estamos falando a verdade, mas vocês querem uma mentira maior do que essa? A dívida não foi contraída, e nós jamais falamos de quem a contraiu, apenas dissemos que em 1998 foi consolidada a dívida dos governos passados e que ela foi mal negociada. Essa é a discussão que fazemos. Realmente a dívida foi mal negociada, e tanto isso é verdade que hoje estamos com uma dívida de R\$70.000.000.000,00, com 20% de juros ao mês. Essa é a discussão. Ouvi um Deputado falando de



corrupção, mas nós não falamos de corrupção de dívida ou coisa parecida. Estamos apenas defendendo que o Estado de Minas Gerais tem uma dívida de R\$70.000.000.000,00. Minas deve R\$5.500.000.000,00 à Cemig, uma dívida que ninguém sabe de onde veio e que é superior ao patrimônio da Cemig. Existem alguns pontos que realmente precisam ser esclarecidos, mas eles fugiram do debate o tempo todo. Não tivemos oportunidade de fazer o debate com a Situação nas Comissões e muito menos aqui no Plenário. O Plenário abria e fechava, porque não podia haver nenhuma discussão. Quando o Deputado João Leite disse que o governo Itamar tinha uma série de cargos de comissão, isso é verdade. Deputado Glaycon Franco, o Itamar deixou mais de 2 mil cargos comissionados sem serem providos. E, no choque de planejamento do Governador Aécio Neves, eles tiveram oportunidade de cancelá-los, mas isso só não foi feito porque eles não estavam ocupados. Ninguém precisou ser mandado embora. Fizemos apenas uma reformulação. Eles querem voltar no tempo para dizer que foi fulano ou sicrano, mas o importante é discutir o endividamento atual de Minas, isto é, mais empréstimos para endividar Minas Gerais ainda mais. Essa é a discussão. A discussão que queremos fazer, e vários Deputados estão fugindo dela, é levar essa mensagem ao Brasil e a Brasília para mostrar para a Presidente Dilma a agiotagem que o Banco Central aplica no Estado de Minas Gerais. Estamos apenas defendendo o nosso Estado, e não preocupados com o governo do PSDB. Estamos preocupados com o Estado que vamos deixar para os nossos filhos e netos. O Estado que não está sendo tratado dessa forma por esse grupo que hoje ocupa o Palácio da Liberdade. Eles têm um projeto político e só pensam nele, esquecendo-se do Estado. Essa é a discussão que queríamos fazer. O Deputado João Leite falou sobre a época da Presidência do Itamar Franco - o Deputado João Leite deveria estar aqui para escutar -, que foi a melhor época da Assembleia Legislativa. A época em que o PSDB rasgou a Constituição, de frente, e a época em que o PSDB parou esta Casa por 65 dias. Foi a época em que todos os Secretários de Estado eram obrigados a vir à Assembleia Legislativa por qualquer convite, por menor que fosse, por menor assunto que fosse. O Governador Itamar Franco exigia que o Secretário viesse aqui, coisa que não aconteceu nos últimos 10 anos. Acho que esta Casa nunca recebeu uma visita de Secretário de Estado, a não ser quando a reunião é fechada, na liderança ou na Presidência ou no 23º andar. No Plenário jamais vieram, mostrando o desprezo que eles têm pelo Parlamento. Eles acham que, porque ajudam, porque fazem, porque dão recurso, os Deputados não devem convocar nem tomar conhecimento. Então, vivemos uma época totalmente diferente. Estamos discutindo o hoje. Não estou discutindo se a Presidente Dilma está fazendo errado, se não está investindo, pois temos de cuidar de Minas Gerais, e Minas Gerais está sem fala, Minas Gerais está sem comando. Não temos Governador. O Governador Anastasia não tem peito para enfrentar a Dilma. Ele não tem peito para levantar a voz a fim de defender os interesses de Minas. É disso que estamos reclamando. Os nossos três Senadores não levantam a voz para defender os interesses de Minas. Na Câmara Federal, a mesma coisa. E falo sobre todos os partidos. Não estou só reclamando do PSDB, mas também do meu, o PMDB. Não temos uma liderança para defender os interesses de Minas, pois cada um está cuidando de si. Então, essa é a discussão que precisamos fazer e a discussão que fizemos. Não estamos preocupados se Newton Cardoso - e o Pinduca ficou gritando aqui - foi um dos maiores Governadores que tivemos. Ai de nós se não tivesse passado por Minas Gerais, pelo governo de Minas um Governador como Newton Cardoso, que fez o que hoje o governo tenta fazer: os Caminhos de Minas. Ele os fez lá atrás. Então, essa é a nossa ponderação. O Deputado João Leite quis jogar em cima do PMDB. Acho que Bíblia prega muito que falemos a verdade, e é isso o que procuramos fazer nesta Casa. Não pregamos mentiras e saímos correndo.

O Deputado Glaycon Franco - Sr. Presidente, não poderia furtar-me, neste momento, de agradecer ao Governador Anastasia esse projeto que aprovamos ontem e hoje, que tem como escopo esse grande projeto de Minas: as interligações asfálticas que ficarão na casa dos 7.700Km, com mais 302 cidades sendo beneficiadas. Ou seja, encurtaremos caminhos para escoar a nossa produção e incrementar o nosso comércio. Digo isso com tranquilidade e alegria, e não como um Deputado, mas sim como um cidadão do Alto Paraopeba, da região central. Posso dizer, com muita lucidez, certeza e convicção, que há muito vejo falar dessas obras que sairão, mas isso nunca aconteceu em outros governos. Graças ao nosso Governador, que vem trabalhando muito nesse projeto, seremos beneficiados e já estamos sendo beneficiados, em vários trechos. Não poderia, então, deixar de cumprimentar o Governador e os nossos Prefeitos. São trechos como Belo Vale a Bonfim, quase 34Km de uma obra já contratada e que será licitada; Brás Pires a Cipotânea; Carandaí a Lagoa Dourada; e Congonhas a Jeceaba. Há também o trevo de Joaquim Murinho, próximo a minha querida cidade de Conselheiro Lafaiete. Aliás, será feito um viaduto de quatro folhas, facilitando o trânsito e escoando a nossa produção. Também facilitará aquele trecho da BR-040. Aliás, para a BR-040, que foi prometida pela Presidente, até hoje não existe um anteprojeto de duplicação. Estamos com esse trecho de Ouro Preto a Ressaquinha como o pior da BR-040, levando em conta toda a sua extensão. É o trecho que mais mata pessoas e aumenta os índices de mortalidade em nossa região. Eu, como médico, não poderia deixar de falar isso. Aliás, aproveito para pedir que a Presidente siga o exemplo do Governador Anastasia e olhe também pela nossa BR-040. Há também o trecho de São Brás, cuja obra já está em andamento, fazendo a sua duplicação e indo até São João del-Rei, uma obra avaliada em mais de R\$100.000.000,00, que já está em fase de conclusão. Então, Sr. Presidente, são trechos como Ouro Preto a Lavras Novas e Distrito de Santo Antônio do Leite a Engenheiro Correia, ou seja, são obras que há muito, há décadas estão sendo prometidas, mas nunca saíram do papel. Então, devemos agradecer ao nosso Governador e à Bancada, e digo isso em nome do povo do Alto Paraopeba, do Vale do Ipiranga, da nossa região Central, região que muito vem crescendo e hoje é considerada a microrregião que mais se desenvolve economicamente no Estado de Minas Gerais e precisava ser olhada com esse carinho. Com certeza, o Governador a está olhando assim e nós, cidadãos do Alto Paraopeba e do Vale do Ipiranga, só temos a agradecer. É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente, ao fim desta sessão, trago mais uma vez a reafirmação do nosso voto contrário a um processo que torna mais aguda e que aprofunda ainda mais o que chamamos de esquizofrenia política em Minas Gerais. Este Estado investe bilhões em uma máquina publicitária, cujo objetivo principal não é fazer campanha de esclarecimento e de vacinação mas cultivar a personalidade do Senador Aécio Neves, que consideram importante para o seu projeto presidencial. Com isso, há uma pressão, uma censura econômica sobre os meios de comunicação, para que não apareça nenhum questionamento, nenhuma crítica, nenhum desliz, nenhum erro. Isso é inclusive negativo para a administração pública, pois, quando os erros surgem, há uma chance para que o administrador de boa-fé possa corrigi-los. Ao contrário, quando se coloca tudo debaixo do tapete, a crise vai se

aprofundando e vão-se aguçando erros e desvios. Não é por outra razão que Minas Gerais é hoje o Estado mais endividado do Brasil. E isso não é da mídia, mas algo real. O nosso Estado tem a pior relação dívida-PIB. Hoje esta Casa, lamentavelmente, trabalha para piorar ainda mais a relação de endividamento do Estado, ao autorizar mais empréstimos, que se somarão aos R\$2.700.000.000,00 aprovados ontem, mais R\$600.000.000,00 aprovados hoje, totalizando cerca de R\$3.300.000.000,00 a mais. De empréstimos novos, somente do governo Aécio Neves até hoje, totalizam-se R\$14.000.000.000,00, o que equivale a toda dívida renegociada em 1997, entre Eduardo Azeredo e Fernando Henrique Cardoso. Hoje até o próprio pessoal do PSDB reconhece que essa renegociação foi altamente danosa para as finanças de Minas. Estamos trabalhando para que Minas Gerais possa, sim, dar uma resposta aos mineiros em relação aos investimentos públicos que se fazem necessários, mas isso não deve ser feito com chapéu alheio e novos endividamentos, invariavelmente, Deputado Glaycon Franco, com uma carência até o final deste governo. Ou seja, quem endivida não paga. Essa é a mesma lógica utilizada em 1998 para quebrar Minas em 1999, e isso nos preocupa muito, até porque o governo resolveu descumprir os mandamentos constitucionais de limites de investimento em saúde e educação, programando novamente o cumprimento da Constituição para o próximo governo. Coitadinho do próximo governo, pois terá de cumprir a Constituição e ainda terá de pagar as dívidas que este governo contraiu! Não sei até que ponto ou a que porto nos conduzirá esse marujo que hoje pilota esse navio chamado Minas Gerais. Sr. Presidente, por mais paradoxal e surpreendente que seja, gostaria de fazer a defesa do PSDB. Foi dito aqui que, durante o governo Itamar Franco, foram instauradas 13 CPIs contra o PSDB. Uma delas foi a CPI do Leite. Eu nunca soube que o PSDB era o responsável pela baixa remuneração dos produtores de leite do Estado. Foi instalada uma CPI sobre a máfia das Carteiras Nacionais de Habilitação no Detran, mas nunca soube que era o PSDB que pilotava a máfia da CNH no Detran de Minas Gerais. Sr. Presidente, foi instalada a CPI do Narcotráfico, mas nunca me passou pela cabeça que o PSDB fosse o responsável pelo narcotráfico em Minas Gerais. Não pensava que o narcotráfico tivesse algum envolvimento com o PSDB ou com as figuras de proa desse partido, como o Governador Aécio Neves. Nunca soube dessa relação entre narcotráfico e PSDB, entre a baixa remuneração dos produtores de leite e PSDB e entre a máfia da CNH e PSDB. Eu mesmo não sabia disso e continuo não acreditando que o PSDB, que tem tantos pecados, tenha também todos esses que lhe foram atribuídos paradoxalmente por uma figura de destaque e, justamente, do mesmo partido. Portanto, deixo aqui registrada a minha solidariedade ao PSDB por lhe terem sido atribuídas responsabilidades por problemas tão graves, que, pelo que me consta, não têm relação com o Partido da Social Democracia Brasileira. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de hoje, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/5/2012

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Célio Moreira, Gustavo Valadares e Antônio Júlio (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gustavo Valadares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: no 1º turno, Projetos de Lei nºs 760/2011 (Deputado Gustavo Valadares) e 771/2011 (Deputado Adalclever Lopes); em turno único, Projetos de Lei nºs 2.609/2011 (Deputado Celinho do Sinttrocel) e 3.076/2012 (Deputado Célio Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.382/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Gustavo Valadares, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre o trecho pavimentado da MG-834 até a sede da empresa Laticínios Vale do Carangola Ltda., bem como sobre o valor investido na obra. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Adalclever Lopes, Presidente - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Pompílio Canavez e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, em turno único, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.932 e 3.109/2012 (Deputado Tadeu Martins Leite); 3.048 e 3.110/2012 (Deputado Pompílio Canavez).



Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 353/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Pompílio Canavez). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 43, 1.661 e 2.235/2011, 3.023 e 3.040/2012, 3.045/2012 com a Emenda nº 1 e 3.046/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.039/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 147, 862, 985, 1.470, 2.545 e 2.773/2011, 2.829, 2.886, 2.894, 2.929, 2.930, 2.934, 2.943, 2.944, 2.948 e 2.951/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Pompílio Canavez para a apreciação de requerimento de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Rosângela Reis em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os problemas enfrentados pelos pacientes com distrofia muscular que tiveram a assistência domiciliar prestada pela Secretaria de Saúde, através da Fhemig, prejudicada por ação judicial do Ministério Público que determinou a realização de concurso público. A Deputada Rosângela Reis retoma a direção dos trabalhos. Ato contínuo, é recebido pela Presidência, para ser apreciado em reunião posterior, requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a implantação do piso salarial regional no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Rosângela Reis, Presidente - Duarte Bechir.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2012

Às 16h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Doutor Wilson Batista e Glaycon Franco (substituindo o Deputado Neider Moreira, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sebastião Costa e Luiz Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.745/2011 com as Emendas nºs 1, 2 e 4 a 16, da Comissão de Constituição e Justiça, a Emenda nº 3, da Comissão de Constituição e Justiça, na forma da Subemenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, as Emendas nºs 18 a 20, da Comissão de Administração Pública, e pela rejeição da Emenda nº 17, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Carlos Mosconi); e 2.811/2012 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta (relator: Deputado Neider Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.033, 3.035, 3.036, 3.040, 3.053, 3.058, 3.059 e 3.066/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.909 e 3.018/2012. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Wilson Batista - Glaycon Franco.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 4/6/2012, destinada a homenagear a Justiça Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais pelos 80 anos de sua criação.

Palácio da Inconfidência, 1º de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.609/2011****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do Deputado André Quintão, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho rodoviário que especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.609/2011 pretende dar a denominação de Deputado Geraldo Morais Quintão ao trecho da Rodovia MG-320 que liga o entroncamento com a Rodovia BR-381 ao Parque Estadual do Rio Doce, passando pelos Municípios de Jaguaráçu e Marliéria.

Em sua análise sobre a matéria, a Comissão de Constituição e Justiça apresentou a Emenda nº 1, que identifica o trecho a ser denominado como parte da MG-320, que liga o entroncamento com a Rodovia BR-381, no Município de Antônio Dias, ao Parque Estadual de Rio Doce, no Município de Marliéria.

Com relação ao mérito da matéria, cabe destacar que Geraldo Morais Quintão, natural do Município de Jaguaráçu, foi o primeiro político a representar a região na Assembleia Legislativa mineira. Foi Deputado Estadual por três mandatos, entre 1963 e 1975, sendo eleito pelo PSP em seu primeiro mandato e pela Arena nos demais.

Merece destaque sua contribuição para a concretização da ideia de que o Vale do Aço poderia mandar representantes para defender interesses regionais nas casas legislativas estadual e federal e junto ao governo do Estado.

Cabe ressaltar que todas as pontes de concreto nas estradas da região, o acesso asfaltado entre Marliéria e a BR-381 e outras obras foram realizadas por sua influência, pois sempre contribuiu para a articulação de alianças e apoios importantes para a população local.

Isso posto, consideramos meritória a homenagem que se pretende fazer a Geraldo Morais Quintão, denominando o trecho especificado da MG-320 com seu nome.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.609/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de aplauso ao Consórcio dos Municípios do Lago de Três Marias pelos 11 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.826/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Sr. José Maria Rabelo pelos 60 anos de fundação do jornal "Binômio" (Requerimento nº 2.832/2012, do Deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Secretaria de Ciência e Tecnologia pelo recebimento do prêmio internacional concedido pela Feira Internacional Luxo Sustentável, realizada em Paris, pela criação do projeto Cidades das Águas Unesco-Hidroex (Requerimento nº 2.905/2012, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a comunidade de Palmópolis pelos 20 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 2.958/2012, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Rádio Musirama pelos 32 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.959/2012, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com o Hospital Bom Samaritano pelos 12 anos de sua fundação e pelos 64 anos da Beneficência Social Bom Samaritano (Requerimento nº 2.966/2012, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salinas pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.985/2012, do Deputado Rogério Correia);

de congratulações com a comunidade de Cristina pelos 238º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.986/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Cambuí pelo 120º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.987/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);



de congratulações com a comunidade de Cambuquira pelo 103º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.988/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Pedralva pelo 125º aniversário desse Município (Requerimento nº 2.989/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Hospital das Clínicas Samuel Libânio pelos 91 anos de sua fundação (Requerimento nº 2.991/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os atletas do Projeto Avança Judô representantes de Minas Gerais Bruno Gonçalves Silva e Marylane Siqueira Narciso, medalhistas em Vitória (ES), no Campeonato Brasileiro Regional III, e Ariana Ingrid Ramos Silva e Lorena de Jesus Gomes, medalhistas em Belo Horizonte, no Campeonato Mineiro, e com o Professor Mário Lúcio da Silva pela preparação e acompanhamento do projeto e dos atletas (Requerimento nº 2.995/2012, do Deputado Adalclever Lopes);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Bueno Brandão pelo excelente resultado alcançado pela administração no quesito melhor gestão no estudo da Conferência Nacional dos Municípios (Requerimento nº 3.000/2012, do Deputado Luiz Henrique);

de aplauso ao Conselho Federal de Enfermagem pela organização da Semana Nacional de Enfermagem, a ser realizada de 12 a 20/5/2012 (Requerimento nº 3.008/2012, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com a PMMG pelos 14 anos do lançamento do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Requerimento nº 3.010/2012, da Deputada Liza Prado);

de congratulações com a comunidade de Juiz de Fora pelos 162 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.030/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a comunidade de Dores do Indaiá pelos 159 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 3.031/2012, do Deputado Duílio de Castro);

de congratulações com a Prefeitura Municipal de Alfenas pelo fato de o Programa de Apoio à Gestante, por ela implantado, ter conquistado o Prêmio ODM Brasil, pela contribuição para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Requerimento nº 3.034/2012, do Deputado Pompílio Canavez);

de pesar pelo falecimento do Sr. Gilmar Furtado Dias, ex-Prefeito Municipal de Resplendor, ocorrido em 12/5/2012 (Requerimento nº 3.050/2012, do Deputado José Henrique);

de aplauso ao 1º-Sgt. PM Douglas Morais de Carvalho, lotado no Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas da PMMG, pelos 21 anos de serviços prestados ao referido Batalhão (Requerimento nº 3.100/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao Cap. PM José Procópio Correia Júnior, Chefe da Seção Técnica de Trânsito da Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG, pela apresentação do Plano Mineiro de Prevenção e Atendimento a Acidentes de Trânsito Terrestre, na 5ª Reunião Extraordinária dessa Comissão (Requerimento nº 3.101/2012, da Comissão de Segurança Pública);

de aplauso ao órgão de direitos humanos da Defensoria Pública de Minas Gerais pelo trabalho desenvolvido com excelência em prol de toda a comunidade em seus 10 anos de existência (Requerimento nº 3.118/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça pela referência elogiosa a essa Comissão e pela sensibilidade no trato da questão prisional no Estado (Requerimento nº 3.121/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de repúdio ao Governador do Estado e ao Comando-Geral da PMMG pela não aplicação da Lei nº 13.604, de 2000, que cria comissão especial para acompanhar os processos de desocupação de áreas invadidas para assentamento rural ou urbano no Estado (Requerimento nº 3.122/2012, da Comissão de Direitos Humanos);

de solidariedade com o serviço residencial terapêutico e com sua manutenção, em defesa da reforma psiquiátrica, da luta antimanicomial e dos direitos de pacientes psiquiátricos, inclusive à vida desinstitucionalizada (Requerimento nº 3.124/2012, da Comissão de Direitos Humanos).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 28/5/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

torando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/6/2012, que nomeou Naidemiria Andrade Sardinha Braga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

torando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 1º/6/2012, que exonerou Leonardo Salles Lafeté do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Bonifácio Mourão

nomeando Elizabete Márcia Gelmini de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sebastião Costa

nomeando Jorge Henrique de Moura para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:



exonerando, a partir de 4/6/2012, Eliana Marques da Costa de Oliveira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Eliana Marques da Costa de Oliveira para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BLTR;

nomeando Ivana Rocha Rafael Costa para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas, com exercício no CCM.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Cristina Pimenta Maia para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no CCM.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 51/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 9 horas do dia 18/6/2012, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade o fornecimento e a instalação de piso elevado monolítico.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, 14º andar, nesta Capital, onde poderá ser retirado, no horário de 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 1º de junho de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/5/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/6/2012, na pág. 2, sob o título “OFÍCIOS”, onde se lê:

“Da Sr. Kátia Luciene de Azevedo Saraiva, Vice-Presidente da Subseção OAB-MG de Várzea da Palma (2), solicitando a intercessão desta Casa junto às autoridades constituídas para que seja designado um Delegado titular para essa Comarca e fazendo considerações sobre as dificuldades por que passa a Comarca, bem como solicitando a colaboração desta Casa para a busca de soluções. (- À Comissão de Administração Pública.)”, leia-se:

“Da Sr. Kátia Luciene de Azevedo Saraiva, Vice-Presidente da subseção da OAB-MG de Várzea da Palma, solicitando a intercessão desta Casa junto às autoridades constituídas para que seja designado um Delegado titular para essa Comarca. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Da Sr. Kátia Luciene de Azevedo Saraiva, Vice-Presidente da subseção da OAB-MG de Várzea da Palma, fazendo considerações sobre as dificuldades por que passa a Comarca, bem como solicitando a colaboração desta Casa para a busca de soluções. (- À Comissão de Administração Pública.)”.